

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HABILITAÇÃO – JORNALISMO

LORENA MARQUES GUIMARÃES

**DEZ ANOS DE TELEJORNALISMO EM IMPERATRIZ:
as mudanças das condições de trabalho na perspectiva dos profissionais**

IMPERATRIZ - MA

2022

LORENA MARQUES GUIMARÃES

**DEZ ANOS DE TELEJORNALISMO EM IMPERATRIZ:
as mudanças das condições de trabalho na perspectiva dos profissionais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão.

Orientadora: Prof. Dra. Thaisa Cristina Bueno

IMPERATRIZ - MA

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Marques Guimarães, Lorena.

DEZ ANOS DE TELEJORNALISMO EM IMPERATRIZ: as mudanças das condições de trabalho na perspectiva dos profissionais / Lorena Marques Guimarães. - 2022.

75 f.

Orientador(a): Thaísa Cristina Bueno.

Monografia (Graduação) - Curso de Comunicação Social - Jornalismo, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2022.

1. Condições de trabalho. 2. Imperatriz. 3. Precarização. 4. Telejornalismo. I. Cristina Bueno, Thaísa. II. Título.

LORENA MARQUES GUIMARÃES

**DEZ ANOS DE TELEJORNALISMO EM IMPERATRIZ:
as mudanças das condições de trabalho na perspectiva dos profissionais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão.

Orientadora: Prof. Dra. Thaisa Cristina Bueno

Aprovado em: 15/12/2022

Banca Examinadora

Profa. Dra. Thaísa Cristina Bueno (Orientadora)

Prof. Dra. Leila Lima de Sousa (Examinadora)

Prof. Dra. Marcelli Alves da Silva (Examinadora)

IMPERATRIZ - MA

2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha avó Olíria
Maria Marques (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente pela dádiva da vida, nela sou grata aos meus pais por não medirem esforços para que eu sempre tivesse a oportunidade de estudar e também por todo incentivo em mim depositado. Agradeço por suas palavras de reconhecimento e valorização. Agradeço também meus irmãos e tias que me apoiaram nessa caminhada.

De maneira geral agradeço pela oportunidade de ter educação pública de qualidade, neste sentido agradeço a todos que de alguma forma estão empenhados nesta missão. Desejo que cada vez mais pessoas tenham acesso à educação e que tenham suas vidas modificadas por ela, assim como a minha certamente foi.

Agradeço à minha orientadora Thaísa Bueno por toda a orientação, disponibilidade e paciência. Agradeço ainda pela enorme compreensão e comprometimento.

O trabalho de conclusão de curso pode até ser um momento de maior solidão na vida acadêmica, mas o ensino superior é uma jornada que não se trilha só. Tive a honra e a sorte de trilhar com pessoas incríveis, amigos que fizeram toda a diferença e que os levarei para sempre. Em nome de Valéria Rosa e João Victor, com os quais sempre desenvolvi os trabalhos acadêmicos, agradeço a todos os amigos que fiz na turma de jornalismo 2018.2. Agradeço ainda a Carla Guerrero e Rayssa Silva por acreditarem neste processo e me incentivarem.

Em nome da minha querida chefe Maria Almeida agradeço a todos com quem trabalho e em especial a ela por toda a compreensão sempre que necessário, pela parceria e por acreditar em mim mesmo na ausência do diploma, por enxergar a minha capacidade e me convidar ao emprego.

À Pollyana Galvão devo meus eternos agradecimentos pela oportunidade de estágio e efetivação na TV Difusora Sul, a qual foi uma grande escola e me ensinou muito do que sei hoje. Agradeço pela confiança depositada em mim e agradeço por todas as portas que a minha passagem pela emissora abriu.

Por último e não menos importante agradeço a Vívian Cardoso, minha amada, por estar comigo em toda essa jornada, pelo incentivo na elaboração do TCC e por todo o apoio materializado em ações do dia a dia. Eu te amo e você foi imprescindível para que isso acontecesse.

RESUMO

O telejornalismo vem passando por acentuadas mudanças no fazer jornalístico, pois enfrenta a crise do seu modelo de negócios, lida com os avanços tecnológicos e conteúdos cada vez mais convergentes. Estas mudanças têm impacto direto nos profissionais que atuam no telejornalismo, sendo as mudanças sentidas primeiramente por eles. Por isso, esta pesquisa teve como objetivo identificar as mudanças que vem acontecendo no telejornalismo imperatrizense e como elas são percebidas pelos profissionais que o constroem. Por meio das percepções destes indivíduos, a pesquisa forneceu um retrato das condições de trabalho oferecidas no mercado imperatrizense entre os anos de 2011 e 2021. A pesquisa utilizou a metodologia quantitativa por meio da aplicação de questionários eletrônicos. A análise dos resultados obtidos demonstrou que os profissionais que atuaram no telejornalismo no recorte de tempo citado estão insatisfeitos com as condições de trabalho, possuem dificuldades para se manter com a remuneração paga pelas emissoras de televisão, desenvolvem atividades extra fora do acordo trabalhista, dentre outros fatores que indicam precarização da profissão. Apesar de todas as dificuldades, em sua maioria, os profissionais pretendem permanecer atuando no telejornalismo.

Palavras-chave: Telejornalismo. Condições de trabalho. Precarização. Imperatriz.

ABSTRACT

Telejournalism has been undergoing accentuated changes in journalistic practices, as it faces the crisis of its business model, deals with technological advances and increasingly convergent content. These shifts have a direct impact on those professionals within their area of expertise, as they are the first in line to be impacted by it. For this reason, this research aims to identify the changes that have been happening in television journalism in the country and how they are perceived by the professionals who have built it. Through the perceptions of these individuals, the research provides a picture of the working conditions offered in the Imperatriz market between the years of 2011 and 2021. This rummage uses a quantitative methodology through the application of electronic questionnaires. The analysis of the answers we've obtained has showed that the professionals who worked in telejournalism in the mentioned period of time are dissatisfied with the working conditions, face issues with basic needs due to low remuneration paid by television stations, developing extra activities outside the labor agreement, among others factors that indicate precariousness in their line of profession. Despite all these obstacles, most professionals intend to remain working in telejournalism.

Keywords: Telejournalism. Work conditions. Precariousness. Imperatriz.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - TELEJORNALISMO E SUAS CONDIÇÕES NO CONTEXTO HISTÓRICO	15
1.1 Convergência midiática e as mudanças na rotina de produção.....	22
1.2 O profissional multifuncional.....	25
1.3 A precarização da profissão: da legislação ao mercado de trabalho.....	29
CAPÍTULO 2 - TELEJORNALISMO EM IMPERATRIZ: DO SURGIMENTO AO MODELO DE AFILIADAS	34
2.1 Os indícios de descontentamento dos profissionais.....	37
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	40
3.1 O objeto de pesquisa.....	41
3.2 A abordagem quantitativa.....	42
3.3 Elaboração e aplicação de questionário.....	42
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE	45
CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICES	65
APÊNDICE A - Monografias sobre telejornalismo imperatrizense	65
APÊNDICE B - Dissertações sobre telejornalismo imperatrizense	67
Apêndice C - Questionário de pesquisa	68

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade dos respondentes da pesquisa.....	45
Gráfico 2 - Auto declaração de cor e raça dos respondentes da pesquisa.....	46
Gráfico 3 - Escolaridade dos respondentes da pesquisa.....	47
Gráfico 4 - Vínculo empregatício dos respondentes com as emissoras de Televisão.....	49
Gráfico 5 - Remuneração dos profissionais atuantes e não atuantes, por valor equivalente à época de atuação.....	52
Gráfico 6 - Capacidade dos profissionais de pagamento das despesas mensais com o salário pago pelas emissoras de TV.....	53
Gráfico 7 - Fatores que mais incomodam os profissionais na atuação em telejornalismo imperatrizense.....	55
Gráfico 8 - Apreciação da infraestrutura de trabalho através de conceitos de avaliação aplicados pelos respondentes da pesquisa.....	56

QUADROS

Quadro 1 - Eixos de mudanças no telejornalismo.....	25
Quadro 2 - Afiliadas em atuação no município de Imperatriz.....	41

INTRODUÇÃO

Mudanças fazem parte dos processos humanos. No jornalismo, essas mudanças são impulsionadas, de um modo geral, por alterações no modo de consumir e de produzir conteúdo. Alterações que contribuem, substancialmente, para mudanças estruturais na profissão, basta pensar por exemplo que o consumo de notícias antes realizado pela leitura dos jornais impressos ganhou novas modalidades de consumo com o advento do rádio e da televisão, mídias que expandiram o público informando também as pessoas que não sabem ler, além de inserir novos recursos como o áudio e a imagem em movimento.

O modo de produção no jornalismo como um todo foi fortemente modificado a partir dos computadores, que modernizaram as redações e substituíram as máquinas de escrever (ARNT, 2002). Tamanha a ruptura causada pela informatização das redações que “o jornalista viu o trabalho de produção do jornal modificar-se completamente” (ROSA, 2005). Os computadores foram conquistando um espaço cada vez maior na prática jornalística, seja no impresso, no rádio, na TV, e mais recentemente no webjornalismo. Assim, pensar o jornalismo sem os computadores se tornou inconcebível.

Para Adghirni e Pereira (2011) as mudanças estruturais pelas quais o jornalismo está passando no século XXI podem ser entendidas, de forma resumida, como um “conjunto de transformações, que incluem novas formas de produção da notícia, processos de convergência digital e a crise da empresa jornalística enquanto modelo de negócios”.

Mesmo em meio a todas as transformações, a TV continua sendo a mídia de maior penetração em todas as camadas sociais do Brasil. A última Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD)¹, realizada em 2021, mostrou que 95,5% da população brasileira possui ao menos um aparelho de televisão em sua residência, enquanto a internet chegava a 90% dos lares brasileiros (IBGE, 2021). Desde que chegou no Brasil, na década de 1950, a televisão sempre esteve no centro das atenções dos brasileiros, mas a televisão também mudou a trajetória dos profissionais.

A pesquisa “Perfil do Jornalista Brasileiro 2021”, realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com a Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), divulgada em novembro de 2021, revelou que a segunda mídia que mais

¹ Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnad/> Acesso em 5 de dezembro de 2022

emprega no Brasil é a televisão, 25,5% dos 6.650 participantes da pesquisa atuam no setor, que fica atrás apenas da mídia online com 61,5% dos jornalistas atuando na área.

Durante o levantamento bibliográfico, foi possível identificar que alguns pesquisadores têm se dedicado a estudar o que vem se modificando no processo de produção das notícias e como esses processos de mudanças e transformações impactam no fazer jornalístico (PEREIRA, 2008; ADGHIRNI, 2011; DOS SANTOS, 2011; ALVES, 2016; PINHEIRO; SANTOS, 2016; DANTAS et al., 2017; PEREIRA; REIS; THOMÉ; MIRANDA, 2018; DE SOUZA; BRANDÃO, 2020; SILVA, 2021). De modo geral, os estudos que norteiam essa pesquisa pontuam que os jornalistas têm enfrentado vários processos de transformação que envolvem o jornalismo, ao longo dos anos e do contexto em que estão inseridos. Essas pesquisas apontam que os jornalistas estão recebendo cada vez mais funções dentro das organizações, principalmente com a utilização das ferramentas tecnológicas do cenário atual e da presença nas plataformas digitais, além disso, a precarização da profissão e diversos fatores negativos que vem prejudicando o jornalista como profissional.

Deste modo, esta pesquisa buscou entender como tais transformações são percebidas pelos profissionais que atuam no telejornalismo imperatrizense, as percepções deste público em relação às mudanças nas condições de trabalho disponíveis no mercado da segunda maior cidade do Maranhão.

Os profissionais selecionados para a pesquisa atuaram no telejornalismo em Imperatriz entre os anos de 2011 a 2021, independentemente do tipo de vínculo que mantinham com a emissora de televisão, sendo esta também uma questão a ser analisada.

Verificar as tendências locais do setor é também um anseio pessoal da autora, que sempre enxergou no telejornalismo um setor promissor, mas, ao atuar, se deparou com uma realidade diferente da imaginada. O impacto pessoal, no entanto, não define como um todo o cenário, apenas a pesquisa científica pode amparar uma visão ampla do setor.

Tem-se como objetivos identificar as queixas mais recorrentes entre os profissionais sobre a atuação no telejornalismo; analisar aspectos como jornada de trabalho, equipamentos a disposição e acúmulo de funções na atuação em telejornalismo; e identificar o que há de positivo na percepção dos jornalistas sobre a atuação em Imperatriz.

Desde sua criação, em 2006, o curso de jornalismo da UFMA, campus Imperatriz, já proporcionou a produção de 18 trabalhos de conclusão de curso voltados ao estudo do telejornalismo imperatrizense. Os estudos abordaram telejornais e as mudanças neles,

analisaram a abordagem de assuntos específicos nos telejornais locais, observaram o processo de produção da notícia, a inclusão de ferramentas na produção, bem como as mudanças nas rotinas de produção, conforme pode ser observado no apêndice A.

Em meio às pesquisas, apenas duas voltaram-se aos profissionais que atuam no telejornalismo, Moraes (2010) e Barros (2017) traçaram um perfil do jornalista que atua no telejornalismo imperatrizense. Informações sociodemográficas e de hábitos dos profissionais foram pesquisadas, no entanto, os autores não se debruçaram sobre a percepção dos profissionais em relação às mudanças sentidas na atuação profissional, deixando assim, uma brecha a ser preenchida pela presente pesquisa.

O Mestrado Acadêmico em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz, criado em 2019, já é responsável por 4 dissertações sobre o telejornalismo imperatrizense, conforme observado no apêndice B. Silva (2021) tem como base os profissionais do telejornalismo de 2 afiliadas maranhenses para compreender como o telejornalismo regional é entendido por seus agentes, apesar disso, o estudo revelou aspectos que dão indícios das condições de trabalho em Imperatriz. A autora conclui que:

"A redução de equipes e o baixo investimento financeiro limitam a cobertura regional dos telejornais, sobretudo nas praças do interior, em que a falta de mais equipamentos, profissionais e estrutura fazem com que haja dependência da cabeça de rede, afetando a produção plural de conteúdo regional". (DANTAS, 2021, p.9)

Assim, este estudo partiu do entendimento de que há indícios de precarização na atuação dos profissionais, e tentou, por meio da pesquisa, compreender quais aspectos da atuação profissional tem promovido a precarização em Imperatriz.

As pesquisas locais oferecem fragmentos sobre as condições de trabalho inseridas em outros contexto, como por exemplo as rotinas produtivas. O estudo proposto aqui fez o aprofundamento da questão e deu continuidade no conhecimento sobre o mercado de trabalho local. Além disso, o estudo é também uma forma de escrever a história do jornalismo imperatrizense, ao passo que demarcou um período de tempo e relatou o mercado de trabalho local no maior meio de comunicação de massa.

O estudo adotou a metodologia quantitativa, aplicada por meio de questionários online encaminhados e respondidos pelos profissionais que se encaixavam no recorte supracitado. De forma complementar, adotou-se a pesquisa bibliográfica ao longo de todo o processo, de modo que será exposto nos próximos tópicos o que a literatura vem

apontando sobre condições de trabalho, precarização do trabalho e as mudanças sentidas pelos profissionais em sua atuação.

Antes de analisar o contexto atual, no entanto, se faz necessário olhar o passado e verificar os caminhos que o grupo estudado percorreu ao longo da história, as condições que se fizeram presentes em outros contextos, a fim de comparações atuais e entendimento dos fatores históricos associados às profissões que integram o telejornalismo.

Didaticamente este trabalho está dividido em 4 capítulos. O primeiro capítulo é composto de referencial teórico acerca das condições de trabalho e mudanças no telejornalismo ao longo do tempo, o capítulo traz ainda os efeitos da convergência midiática e o novo modelo de profissional atribuído de multifunções em sua atuação profissional. Após o aprofundamento do cenário brasileiro o segundo capítulo se volta à realidade local, observando desde o surgimento do telejornalismo em Imperatriz até os dias atuais.

O capítulo 3 traz a metodologia utilizada no estudo, com descrição dos procedimentos adotados e justificativas. Já o capítulo 4 realiza a análise dos resultados obtidos por meio da metodologia apresentada no capítulo anterior. O capítulo 5 por sua vez traz as considerações finais da pesquisa após todo o desenvolvimento e análise da mesma.

CAPÍTULO 1 - TELEJORNALISMO E SUAS CONDIÇÕES NO CONTEXTO HISTÓRICO

A implantação do primeiro sistema de televisão no Brasil aconteceu, de forma definitiva, no dia 18 de setembro² de 1950, com a criação da TV Tupi³, a primeira emissora de Televisão comercial da América do Sul. O pioneirismo neste caso foi de Assis Chateaubriand, empresário proprietário dos *Diários associados*, o maior sistema de comunicação entre as décadas de 30 e 60 do século passado (SOUZA; SANTOS, 2011).

Com a criação da emissora os profissionais que atuavam no rádio foram os primeiros a serem convocados ao trabalho na televisão, devido a semelhança da tecnologia no sistema de radiodifusão. “Houve uma espécie de convocação, por parte Chateaubriand, para os profissionais do grupo aderirem ao novo veículo de comunicação, que era a TV Tupi – Canal 4, de São Paulo (FANUCCHI, 2006, apud KNEIPP, 2008, p.89).

Os primeiros profissionais da televisão então apenas adequaram sua rotina produtiva com base no que já realizavam no rádio, para as atividades na televisão. Kneipp (2008) aponta que esta prática não considerava a imagem como o diferencial da TV, o que segundo ela pode ter influenciado o surgimento do termo “rádio com imagens” utilizado para designar a nova tecnologia.

Mello (2009) é assertiva ao destacar que “a história do jornalismo brasileiro se confunde com a da TV”. O dia seguinte à inauguração da TV Tupi já marca o início da prática do telejornalismo no país, com a exibição do primeiro telejornal, em 19 de setembro de 1950. O *Imagens do Dia* foi o primeiro telejornal brasileiro, produzido pela TV Tupi, tinha início entre 21 e 22 horas, e era apresentado pelo radialista Rui Resende.

O telejornal apresentava imagens sem edição, apenas para ilustrar os acontecimentos do dia em que era exibido. Para a apresentação dos fatos utilizava-se o tempo que fosse necessário, prática que se difere do jornalismo pontual ao que estamos habituados (MELLO, 2009). A equipe do telejornal era pequena, havia um diretor de jornalismo, Armando Figueiredo e um redator, Gonçalo Parada, que produzia os textos

² No dia 3 abril do mesmo ano, Chateaubriand havia realizado uma transmissão experimental, para a qual precisou importar e distribuir 200 aparelhos de televisão, em lojas e bares para que o teste fosse acompanhado pela população (SOUZA e SANTOS, 2011, p. 6).

³ A PRF-3 TV Tupi de São Paulo iniciou suas transmissões no canal 3, passando em 1960 ao canal 4.

diretamente da sede dos *Diários Associados*, era ele quem escrevia os textos da rádio e passou a escrever para TV (FANUCCHI, 2006, apud KNEIPP, 2008).

Nos anos 1950 não havia de forma clara a definição de funções nas equipes das emissoras de televisão, deste modo, os profissionais eram uma espécie de “faz tudo” (KNEIPP, 2008). Além disso, na época ainda não existia o conceito da reportagem de telejornalismo, já que por diversas vezes o cinegrafista saía para a externa sozinho com o objetivo de captar imagens que apenas ilustravam o telejornal. O conteúdo do telejornal era, portanto, constituído em sua maioria por notas. “A qualidade do trabalho também não era boa, devido às imagens escuras e à falta de factualidade das notícias, que eram baseadas nos jornais do dia, só que eram exibidas à noite” (KNEIPP, 2008).

Em relação a rotina de produção do primeiro telejornal, os profissionais da época relatam precariedade, segundo eles a imagem produzida em preto e branco e mudo dificultava consideravelmente o trabalho do telejornalista (KNEIPP, 2008). As câmeras mais utilizadas eram do modelo Bell & Howell de corda, com três objetivas então “era preciso girar a objetiva e colocavam-se os visores, relativos a cada objetiva. Dava-se corda na câmera e ela rodava, mais ou menos, 30 segundos, depois rodava-se novamente” (KNEIPP, 2008). Em seguida os filmes negativos das câmeras eram revelados em um laboratório de endereço distinto da emissora, havendo necessidade de transportá-lo para a emissora após o processo (KNEIPP, 2008). Estas etapas exemplificam o esforço que era necessário da equipe de televisão para que o jornal fosse ao ar.

O novo meio de comunicação teve sua identidade própria sendo construída com o tempo e as estreias de alguns telejornais que inovaram sua forma. Sousa e Santos (2011) chamam atenção para o estilo de comunicação praticado no telejornalismo em seus primeiros anos, o qual seria em grande parte herança do estilo radiofônico da época.

Com um enquadramento 3x4 o apresentador de telejornal lia as notícias apuradas, em formato de manchetes, que eram narradas com a linguagem radiofônica, de frases longas e tom de voz firme, além disso era comum que as notícias fossem acompanhadas da opinião da emissora e apresentador sobre os fatos (SOUSA; SANTOS, 2011). No entanto, as semelhanças faziam parte de um processo natural, visto que:

Nos períodos de ascensão de um novo meio de comunicação, a tendência natural é de que a linguagem utilizada seja aquela que outrora era praticada na mídia anterior. Assim, quando o rádio surgiu, os primeiros locutores utilizavam a linguagem do jornal impresso. Com o tempo e a familiaridade com a nova mídia, a linguagem específica passa a ser desenvolvida, testada e praticada. (SOUSA e SANTOS, 2011, p.2)

Apesar da largada quase imediata, o telejornalismo não ganha tanto espaço na televisão brasileira em seus primeiros anos. Souza e Santos (2011) evidenciam que no período os programas musicais, de auditórios e telenovelas estavam em maior ascensão. Mello (2009) aponta que somente nos anos 1960, com os avanços tecnológicos da área e a criação da nova capital Brasília⁴, as emissoras de televisão intensificaram a presença dos telejornais em suas grades de programação.

A década de 1960 também foi marcada pela valorização da figura do redator, “começou-se a pensar num texto mais adequado para o veículo e diferente do utilizado pelo rádio, pois era preciso valorizar as imagens” (KNEIPP, 2008). Com isso, no final dos anos 1960 os profissionais do jornalismo impresso começaram a ser convocados para atuar no telejornalismo, devido a experiência com o texto (KNEIPP, 2008).

Buscando romper com o estilo vigente, em 1962 surge o *Jornal de Vanguarda*, da TV Excelsior⁵. Para Prazeres e Parnaíba (2012) durante o tempo em que esteve no ar, o telejornal inovou ao trazer jornalistas⁶ e cronistas especializados em editorias para a apresentação, antes entregue nas mãos de radialistas e locutores. Os apresentadores ficavam no estúdio realizando comentários sobre as notícias, uma vez que o objetivo do telejornal era formar opinião (PRAZERES; PARNAIBA, 2012).

Outra inovação se deu na forma de exibição, já que o telejornal era composto de um bloco de 10 minutos, o qual era inserido na programação de outros telejornais da TV Excelsior. Todas as suas características inovadoras fizeram do *Jornal de Vanguarda* “o programa de maior reconhecimento da televisão brasileira da década de 1960 [...], mas com a ditadura militar⁷ e o Ato Institucional n° 5⁸, a própria equipe do telejornal decidiu extingui-lo” (PRAZERES; PARNAIBA, 2012).

Apesar do sucesso, o *Jornal de Vanguarda* não conseguiu fugir da falta de infraestrutura que marcava algumas rotinas de produção. Ballut Vizeu foi produtor e diretor do telejornal, e relembra que uma das características da atuação dos profissionais na época era a constante improvisação que se fazia necessária, mediante a estrutura

⁴ Brasília foi construída e planejada para ser a capital federal do Brasil, sua inauguração aconteceu no dia 21 de abril de 1960. Antes da inauguração, a cidade de Rio de Janeiro respondia a capital federal brasileira, desde 1763.

⁵ A TV Excelsior foi criada em 1960.

⁶ Nomes como Cid Moreira, Sérgio Porto, Gilda Muller, Ana Arruda e Jatobá integravam o grupo de jornalistas.

⁷ O período do regime militar durou entre 1964 e 1985.

⁸ O AI-5 foi um decreto do governo militar emitido em dezembro de 1968. O documento inaugurou o período de maior repressão, que durou até o início dos anos 80.

precária de equipamentos. “As câmeras eram tão velhas, que era preciso deixar uma câmera ligada mostrando a rua, para o caso de uma outra pifar e ter que cortar, repentinamente, até poder mudar a posição das outras e retomar o telejornal” (VIZEU, 2006, apud KNEIPP, 2008, pag. 96).

Em 1967 uma técnica utilizada pela recém inaugurada TV Bandeirantes na rotina de produção era a “gilete press”. Demétrio Costa (2006, apud KNEIPP, 2008) relata que com esta prática era realizada uma seleção do que havia saído de importante no jornal da cidade e a emissora encaminhava um cinegrafista para gravações. Como resultado obtinha-se uma filmagem e um relatório anexo, onde “os redatores não encontravam nada além do que havia saído no jornal do dia, e tinham que correr atrás de mais informações para editar a matéria” (COSTA, 2006, apud KNEIPP, 2008, p.97) já que a figura do repórter ainda não existia.

Apesar da censura e controle impostos sobre os meios de comunicação, os militares promoveram avanços tecnológicos na área de telecomunicações por meio de satélites e redes de micro-ondas (MATTOS, 1990). Tais avanços possibilitaram que em 1969, a emissora Rede Globo lançasse o *Jornal Nacional*⁹, com transmissão em rede, simultânea para todo o Brasil (REZENDE, 1999). Kneipp (2008) evidencia que o jornal foi o primeiro a utilizar o Sistema Embratel via satélite, o primeiro a exibir imagens coloridas¹⁰ e o primeiro a exibir imagens de acontecimentos internacionais no momento em que de fato ocorriam.

O *Jornal Nacional* importou normas de redação americanas, impôs horários rígidos e eliminou improvisos, impondo rigor em seu planejamento. “A emissora ligou o texto à imagem, e traduziu nos telejornais um formato mais interessante para o público.” (MELLO, 2009). Por estas e outras características, o *Jornal Nacional* contribuiu para o chamado “padrão global” instaurado pela emissora. Em razão disso, “apesar de não estar na história como a ‘criadora’ do telejornalismo brasileiro, a Globo acabou ditando as regras de como fazer o telejornalismo” (MELLO, 2009).

Neste contexto, é necessário destacar que durante as décadas de 1950 e 1960 não existia nenhum tipo de formação específica para o telejornalismo, era necessário adquirir o conhecimento na prática (KNEIPP, 2008). As referências bibliográficas também eram quase inexistentes, levando o telejornalismo ao comportamento de tentativa e erro para o

⁹ O *Jornal Nacional* estreou no dia 1º de setembro de 1969.

¹⁰ A primeira transmissão a cores ocorreu em 1972.

desenvolvimento de seus modelos, além da busca de referências no exterior, como foi o caso da TV Globo aqui citado.

Kneipp (2008) aponta 3 fatos como marcantes na vida do telejornalista brasileiro durante a década de 1970, segundo a autora seria a evolução tecnológica, a cópia do modelo americano e a ditadura militar. Nesta década teve início o uso do cromaqui¹¹, que trouxe mais dinâmica e possibilidades aos cenários. A partir de 1974 teve início a utilização do teleprompter¹², que possibilitou leituras com mais naturalidade, uma vez que acabou com o movimento repetido de abaixar e levantar a cabeça, feito pelos apresentadores para olhar o script e a câmera. (MELLO; SOUZA, 1984, apud KNEIPP, 2008)

Em 1977 entrou no ar o *Bom Dia São Paulo*, primeiro telejornal matutino do Brasil. O jornal estreou a utilização da Unidade Portátil de Jornalismo (UPJ), com a tecnologia do aparelho os repórteres realizavam entradas ao vivo de diferentes pontos da cidade, instaurando uma nova rotina de produção em São Paulo e nas afiliadas da Globo, que também aderiram ao formato, de modo regionalizado (KNEIPP, 2008). Já nas reportagens da época, a jornalista Vanessa Kalil relata que o repórter “tinha que chegar da rua com o seu texto pronto e gravado. Era proibido, na Globo, você gravar texto na redação” (KALIL, 2006, apud KNEIPP, 2008, p.116). O que demonstra que a pressão relacionada ao tempo de produção no telejornalismo já afetava os profissionais.

Na década de 1970 a censura estava completamente instaurada, jornalistas eram presos e a violência era utilizada como mecanismo da repressão, culminando em fins trágicos como é o caso do jornalista Vladimir Herzog¹³. Nesta época, surgem os correspondentes internacionais, sendo a repórter Sandra Passarinho¹⁴ a primeira no ramo. A inovação buscava compensar a impossibilidade de desenvolver um jornalismo de maneira correta e mais satisfatória no Brasil devido a censura da ditadura militar (KNEIPP, 2008).

O perfil do profissional de telejornalismo é diferente na década de 1980, Kneipp (2008) afirma que neste período a maioria dos profissionais já possuíam formação acadêmica em jornalismo. A autora aponta ainda que a apresentação e portanto a rotina

¹¹ Cenário posicionado atrás do apresentador e que possibilita a inserção de outras imagens ao fundo.

¹² Equipamento acoplado à câmera que possibilita a leitura do texto do jornal sem separar a direção do olhar da câmera.

¹³ O jornalista foi preso, torturado e assassinado pelo regime militar em outubro de 1975.

¹⁴ Além de primeira correspondente, a jornalista (sem formação) também foi a primeira repórter mulher da Globo, ingressando na emissora em 1969.

destes profissionais também apresentou mudanças, pois o telejornalismo passa a abandonar o formato fixo e incorporar mais dinâmica com as entradas ao vivo dos links¹⁵.

Já Mello (2009) destaca que neste período, o estilo de apresentação do telejornalismo brasileiro estava se aproximando ainda mais do modelo americano, devido a dinâmica de apresentadores em bancadas, chamando as matérias simultaneamente.

Prado (2006, apud KNEIPP, 2008) relata que na década houve a maior migração de jornalistas do impresso para a TV, o que trouxe a cultura de estrutura organizacional da redação para o meio, com uma melhor divisão dos cargos e funções. Neste contexto surgiu a hierarquia entre o chefe de redação, o chefe de reportagem, o editor-executivo e os editores. Além disso, os textos mais elaborados dos profissionais do jornalismo impresso também melhorou a qualidade dos telejornais (KNEIPP, 2008).

Apesar da divisão mais clara de funções na estrutura hierárquica do telejornalismo, fruto da década de 1980, em 1990 é possível perceber que na rotina de produção algumas funções foram sendo aglutinadas, conforme relata Celso Pelosi (2008, apud in KNEIPP, 2008).

Apuração/escuta/pauta/chefia de reportagem se fundiram num único setor – o de produção. Na edição os antigos apresentadores se transformaram em editores chefes ou editores-apresentadores; repórteres também passaram a apresentar telejornais e/ou programas” (PELOSI, 2008, apud in KNEIPP, 2008, p.130).

Os anos 1990 marcaram ainda um processo de segmentação do público no telejornalismo. Somente nesta década a TV por assinatura ganhou força e regulamentação em território brasileiro. As TVs a cabo passam a oferecer diversidade de canais e conteúdos, que poderiam atender a diferentes nichos de telespectadores, neste contexto, surge, em 1996, a *Globonews*, primeira emissora brasileira a ofertar notícias 24 horas por dia. Alguns autores já apontam que o novo modo de consumo “criou condições para que a televisão respondesse efetivamente ao comando do espectador, passando a ser programada por ele, em vez de programá-lo” (HOINEFF, 1996 apud PEREIRA, 2008, p. 5).

Outro aspecto de segmentação do público é discutido por Belém (2014), ao estudar o jornal *Aqui Agora* e encontrar uma tendência no telejornalismo dos anos 90.

As transformações, seja do ponto de vista do conteúdo quanto do ponto de vista infraestrutural, apontaram para a popularização do conteúdo. Readaptando formatos para as classes C, D e E [...]. A difusão de estratégias popularescas circularam entre diversos telejornais da década [...]. Esse processo mudou as

¹⁵ Por link entende-se uma participação ao vivo do repórter, a partir de outro local, fora do cenário de ancoragem do jornal.

estruturas produtivas e provocou a (des)uniformização dos conteúdos informativos. Aos poucos telejornais deixaram de ser muito semelhantes, para se tornarem segmentados de acordo com o público (BELÉM, 2014, p. 9).

Prazeres (2011) supõe que a ampliação do uso da internet acostudou a população a um meio de comunicação que possibilita o diálogo e possui diversas ferramentas agregadas no processo de comunicação. Como consequência, Prazeres e Parnaíba (2012) destacam que a partir dos anos 1990 houve por parte da população um notável crescimento da demanda por participação no processo de comunicação. Já a partir dos anos 2000 se intensifica o uso de alternativas que geram interatividade ao conteúdo das emissoras, surgem os primeiros telejornais online, dentre eles as experiências do Jornal UOL News e a TV UERJ (SILVA, 2014).

A partir dos anos 2000 toma forma e força a cultura de jornalistas multimídia, o que viria a alterar a rotina produtiva dos profissionais em emissoras de todo o país. A exemplo desta nova estrutura de trabalho, o Grupo RBS (Rede Brasil Sul)¹⁶, teve, em 1999, sua primeira experiência, onde, por improviso, o repórter Ângelo Ribeiro, da RBS TV Florianópolis precisou realizar uma cobertura internacional de 12 dias, nos quais o repórter “produziu matérias diárias para o jornal, participou, também diariamente, dos noticiários da rádio CBN Diário, também do mesmo grupo, em entradas ao vivo ou boletins gravados, e produziu três reportagens para a TV” (RIBEIRO; MICK, 2015, p.7).

Em 2001 o que era improviso havia se tornado estratégia recorrente, onde dois dos repórteres do grupo alternavam-se na realização de coberturas especiais sozinhos, trazendo as informações em diversos formatos nos quais o grupo atuava. Já em 2004 o jornalista Ângelo Ribeiro capacitou a primeira equipe de jornalistas multimídias, do Grupo RBS, dando início a uma política que futuramente se estenderia às relações contratuais, em diferentes veículos de comunicação (RIBEIRO; MICK, 2015).

O jornalista Caco da Motta, gestor da área de Esportes da TV COM¹⁷, relatou a estratégia supracitada nas relações de trabalho: “agora existem contratos multimídia e tanto no dia a dia como em coberturas especiais quem faz foto, também faz vídeo, quem escreve também fala e assim por diante.” (MOTTA, apud in RIBEIRO; MICK, 2015, p. 12)

¹⁶ Grupo empresarial do Rio Grande do Sul que reúne TV, Rádio e Jornais em diferentes plataformas e se declara como “uma das maiores empresas de comunicação multimídia do Brasil”. Além disso, é a maior e mais antiga afiliada da Rede Globo.

¹⁷ Canal local de TV do Grupo RBS.

Com o crescimento das redes sociais e a popularização dos aparelhos telefônicos com acesso à internet, entre os anos de 2010 até os dias atuais, a convergência midiática permaneceu predominando as rotinas de produção dos profissionais e dos meios de comunicação.

Outra novidade importante é a força das Redes Sociais e a interatividade. Os jornalistas publicam ou exibem suas reportagens como sempre fizeram e além disso retratam fatos, trazem bastidores e uma visão pessoal no Facebook, no Twitter, no Instagram, no Youtube e em outros canais com acesso também múltiplo (MOTTA, 2015 APUD RIBEIRO; MICK, 2015).

As transformações que o jornalismo passou, sobretudo nas últimas duas décadas, o conduz a um estado de convergência midiática, conforme apresentado no tópico a seguir.

1.1 Convergência midiática e as mudanças na rotina de produção

O termo convergência possui aplicabilidade em diversas áreas, ao longo da história foi utilizado por exemplo na matemática, economia e até biologia (BARBOSA et al., 2013). Em 1980 o cientista político Ithiel de Sola Pool aplicou o termo como um conceito da área de comunicação, e desde então a palavra convergência vem sendo utilizada para descrever transformações tecnológicas da comunicação (BARBOSA et al., 2013).

Christofoletti (2008) ao analisar a cultura de convergência destaca a perspectiva do autor e pesquisador Henry Jenkin, na qual, segundo ele, passamos a viver em meio a uma “cultura de convergência”, dentro da qual está inserida a convergência midiática. Neste contexto, “novas e velhas mídias colidem, mídias corporativas e alternativas acabam se cruzando e os poderes de consumidores e produtores interagem de formas imprevisíveis” (CHRISTOFOLETTI, 2008).

É defendido ainda por Jenkin que este fenômeno acontece em decorrência de novos aparatos tecnológicos e também devido a transformação cultural, que neste aspecto está relacionada ao consumo das mídias, marcado por indivíduos que buscam cada vez mais interatividade e estão participando do processo de comunicação de forma ativa (CHRISTOFOLETTI, 2008). Neste contexto, observa-se que “o fenômeno da convergência implica também a apropriação social e tecnológica de ferramentas, sistemas, dispositivos e plataformas” (BARBOSA et al., 2013).

No Brasil, as discussões sobre convergência midiática tomam forma a partir do ano de 2008, com o processo de fusão entre as redações de mídia impressa e mídia online

(FERNANDES; JORGE, 2017). Esta fusão resultou no surgimento das chamadas redações integradas, que se multiplicaram em todo o país. O modelo integrado rompe com a cultura tradicional de uma redação para cada meio e promove uma cultura jornalística de convergência na qual os jornalistas são forçados “a olhar as notícias como uma commodity básica, elaborada tendo em vista o meio” (AVILLÉS; CARVAJAL, 2008, apud PEREIRA; ADGHIRNI, 2011), já que produzem o mesmo conteúdo para diferentes formatos midiáticos.

A tecnologia está diretamente ligada à rotina produtiva dos jornalistas, seja por meio de aparelhos móveis, equipamentos de estúdio e transmissão ou softwares utilizados na redação. Devido a esta forte ligação diversos autores apontam o desenvolvimento tecnológico como um dos principais fatores de impacto na rotina de produção dos jornalistas. Seibt (2014) e Muller (2012) ressaltam o surgimento da internet, na década de 1990, como fator de intensificação das mudanças, vivenciadas pelos profissionais do jornalismo, segundo eles “a informatização significou reaglutinação de processos, extinção de funções e agilização de tarefas, estabelecendo a tendência de que um mesmo profissional assumisse a responsabilidade por diferentes atividades” (SEIBT, 2014).

Prazeres (2011) também chama a atenção para os efeitos práticos da popularização da internet e do aprimoramento das tecnologias, acredita-se que está em curso a maior revolução das mídias em toda a história, já que as mídias ou já nascem digitais ou estão se digitalizando, encaixando-se na era digital para atender aos usuários que desejam estar sempre conectados, seja por meio da internet, computadores ou dispositivos móveis. “Assim, a televisão, principal meio de comunicação do século XX e já não tão hegemônica como outrora, está também se modernizando e se inserindo no contexto das inovações tecnológicas possibilitadas pelo digital.” (PRAZERES, 2011)

A comunicação atualmente é amplamente difundida em diversos meios, partindo de diversos emissores e tendo em seus receptores agentes de interação, retransmissão e emissão, além de espectadores. Este novo perfil de telespectador possui então poder suficiente para em certa medida pautar os meios de comunicação através do que é amplamente discutido na sociedade.

Neste cenário, os meios de comunicação competem ainda mais pela audiência dos telespectadores, uma vez que estes é que escolhem sobre o que e como desejam se informar, tendo à sua disposição diversas plataformas e dispositivos. O cenário de competição estende-se ao mercado, marcado pela hiperconcorrência por receita financeira, agravado pela crise do modelo de negócios do jornalismo, que enfrenta

dificuldades devido à mudança de investimentos para outras plataformas de comunicação, como as redes sociais, por exemplo.

Neste contexto, é possível relacionar o jornalismo atualmente a um dos quatro modelos de jornalismo definidos por Charron e Bonville (2004), com base na relação do jornalismo com o modelo de sociedade de diferentes épocas, na América do Norte. Estendendo aos dias atuais, estaríamos ainda vivendo a fase do Jornalismo de Comunicação, que apresenta diversificação (neste caso de informações e canais), e subordinação da oferta às preferências do público (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011).

Viríssimo (2009) destaca como mudanças que impactaram a atividade dos telejornalistas na primeira década deste milênio as que estão relacionadas aos processos de: apuração, composição, edição, circulação e comercialização dos produtos jornalísticos.

A apuração facilitada pela internet agora pode ser feita de dentro das redações, em contato com as fontes por mensagens e ligações ou até mesmo acessando bancos de dados. A composição do conteúdo passou a integrar recursos multimídia, no qual fotos, imagens em movimento, áudios e links podem ser apresentados juntos no mesmo ambiente. A edição de todo o material foi facilitada uma vez que os materiais produzidos em equipamento digital já nascem com potencial de ser multimídia, além disso, a edição de imagem, áudio e texto podem ser realizadas em qualquer lugar através de laptop, aparelho celular ou tablet.

A circulação dos produtos jornalísticos se dá em plataformas e formatos distintos, onde um fato se multiplica em diferentes produtos de acordo com o canal divulgado. Por fim, mudou também a forma de comercialização do material jornalístico enquanto produto do mercado capitalista, posicionado pelas empresas de jornalismo, que enfrentaram uma severa diminuição dos recursos financeiros arrecadados e, precisaram, portanto se adaptar buscando novas formas de comercialização de seus produtos, como por exemplo a ocupação dos espaços digitais.

Pereira e Adghirni (2011) acreditam que as alterações culturais, socioeconômicas e as inovações tecnológicas vivenciadas configuram, no jornalismo, mudanças divididas em três eixos:

Quadro 1. Eixos de mudanças no telejornalismo

Mudanças estruturais na produção da notícia	<ul style="list-style-type: none"> ● Aumento da velocidade no fluxo de produção; ● Proliferação de plataformas multimídia; ● Alterações na coleta de informações; ● Reposicionamento das fontes e a relação com elas;
Mudanças estruturais no perfil do jornalista	<ul style="list-style-type: none"> ● O aumento da precarização do trabalho; ● Ocupação de jornalistas em espaços fora dos veículos tradicionais;
Novas relações com os públicos	<ul style="list-style-type: none"> ● Público é colaborador e produtor de conteúdo;

Elaborado pela autora a partir de Fábio Henrique Pereira e Zélia Leal Adghirni (2011)

Neste cenário de mudanças tecnológicas; culturais; no modo de consumo das mídias; na relação com os telespectadores; no surgimento de novas fontes de informação; é que emerge a necessidade de novos gêneros, rotinas e identidades profissionais (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011). Com base nisso, o próximo tópico aponta o novo perfil do jornalista, e o processo de formação deste perfil, conforme alguns autores.

1.2 O profissional multifuncional

Imagina-se que ao aumentar a demanda de produtividade de um setor, automaticamente aumente o número de profissionais atuando, mas a realidade no jornalismo não segue esta lógica, ou pelo menos não em todas as empresas. A profissão é fortemente marcada pelos “Passaralhos”, nome atribuído pejorativamente às demissões que ocorreram no país desde 2012, em que empresas renomadas demitiram um grande volume de profissionais.

Segundo dados¹⁸ da agência de pesquisa Volt Data Lab, estima-se que ocorreram 7.817 demissões de profissionais da mídia entre os anos de 2012 a 2018. Enquanto que o número de jornalistas demitidos das redações nesse mesmo período de tempo somaram 2327 (VOLT DATA LAB, 2018). Os números revelam que a onda de demissões atinge

¹⁸ Disponível em: <http://bit.ly/passaralhos>. Acesso em: 13 de setembro de 2022.

o setor da comunicação como um todo e não apenas jornalistas, o que se reflete nos postos de trabalho de diferentes profissionais que atuam no telejornalismo, como por exemplo cinegrafistas, editores, etc.

Apesar de servir como referência para diversos estudos, o levantamento realizado utilizou-se de notícias de demissões para a construção dos dados, o que representa uma amostragem parcial da realidade, considerando que em sua maioria, as demissões e cortes de equipes não são noticiadas. Este fato desperta a atenção para o aprofundamento da onda de demissões.

O ponto que desejamos chegar para explicar a situação do profissional que atua no telejornalismo brasileiro é que soma-se maior volume de trabalho, com a chegada de novas tecnologias, plataformas e funções, com menos profissionais e obtém-se como resultado os multiprofissionais ou profissionais multitarefas.

Esta nova categoria é composta não apenas por jornalistas, mas segue toda a distribuição de funções das empresas de comunicação, estendendo-se a diferentes cargos, que passam a ter funções aglutinadas. Estes postos de trabalho requerem adaptação dos profissionais na busca de permanência no mercado de trabalho, fazendo com que estes busquem atender as exigências cada vez maiores em sua atuação (DANTAS et al., 2017).

Este fato é corroborado por pesquisas, como a que foi desenvolvida por Reis, Thomé e Miranda (2018), que detectou algumas das novas funções e competências do telejornalismo brasileiro, por meio de estudo de caso em emissoras de televisão nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo (REIS et al., 2018). Na rotina de produção das emissoras estudadas, 20 novas funções foram identificadas. A pesquisa conclui ainda que os veículos de comunicação estão optando por jornalistas multitarefas ao escolher o profissional.

As exigências crescentes na atuação de jornalistas estão, de modo direto, relacionadas ao domínio de novas tecnologias. Refere-se a uma cobrança para que o profissional da comunicação consiga lidar com todos os recursos tecnológicos que poderiam potencializar a sua produção, ignorando no entanto, que a aprendizagem e controle das técnicas e equipamentos, em certa medida é um trabalho, neste caso, um trabalho a mais não remunerado, que serve apenas como possibilidade de garantia do emprego.

É possível imaginar que a tecnologia traria certo conforto a atuação jornalística, mas assim como destaca Dantas (2017) e colaboradores, os fenômenos tecnológicos serviram também ao acúmulo de funções:

As tecnologias digitais, ao mesmo tempo que facilitaram a produção e captação de notícias – trazendo mais rapidez e velocidade ao processo –, possibilitaram às empresas concentrarem funções distintas em um único profissional, para que, assim, este venha a realizar mais etapas da produção da matéria jornalística (DANTAS et al., 2017)

Neste sentido, Bertolini (2017) destaca que “as tecnologias impactam no jornalismo porque reconfiguram o perfil e a rotina profissional do jornalista, e redefinem o modelo de negócio das empresas do setor, baseado na pluralidade de atividades”.

Apesar do contexto recente supracitado, seria ingenuidade acreditar que esta característica de multifuncionalidade seja algo novo, é preciso ainda se atentar ao passado, observando a trajetória de formação do telejornalista brasileiro. Luiz Fernando Mercadante ingressou no telejornalismo em 1969, em entrevista no ano de 2006 relatou a tendência de multifuncionalidade em sua época: “eu sou do tempo que o jornalista era um profissional que trabalhava em televisão, que trabalhava em jornal, revista e rádio” (MERCADANTE, 2006 apud Kneipp 2008).

É natural que agora surja a pergunta: se o trabalho em diferentes funções não é uma novidade, por que a problematização? A questão central é que o profissional que assumisse mais de um emprego em diferentes meios de comunicação receberia de forma equivalente, obtendo mais de uma fonte de remuneração. O fator problemático consiste na não remuneração do trabalho extra, pois “agora os jornalistas trabalham em mais de uma função e recebem o equivalente a apenas uma” (DANTAS et al., 2017). Trabalho este que pode se dar em apenas um veículo, ou em mais de um veículo pertencente ao mesmo grupo de comunicação.

As formas de atuação citadas acima encaixam-se em conceitos definidos e estudados por diferentes autores, que apesar dos adjetivos lançados aos modos de trabalho, em suma tratam da mesma questão. Bertolini (2017) ao tratar do assunto destaca os termos multimídia e multitarefa para caracterizar modos de atuação do que tratamos aqui como multifuncional:

“Multimídia e multitarefa se converteram nos dois termos mais notórios do mercado de trabalho dos jornalistas. O primeiro indica que o profissional deverá ser capaz de fazer trabalhos para mais de um veículo midiático, como jornal e rádio, ao mesmo tempo. O segundo estabelece que o jornalista deverá fazer tarefas, como redigir textos e tirar fotos, que até bem pouco tempo atrás competiam a profissionais distintos.” (BERTOLINI, 2017, p. 214)

No mesmo contexto de atuação, Salaverria e Negrodo (2008) definem que desempenhar diversas funções dentro de um mesmo veículo consiste em polivalência funcional. Já o desempenho em empresas diferentes ou produtos/meios de comunicação

ligados a um mesmo grupo de mídia consiste em polivalência midiática (BARBOSA et al., 2013).

A fim de exemplificar os conceitos, destacamos como experiência de polivalência funcional a contratação do jornalista Luiz Antonio Malavolta, no ano de 1980, pela TV Bauru¹⁹. O profissional foi um dos primeiros contratados da Rede Globo para assumir várias funções em uma emissora de televisão. “Tinham várias definições: você é repórter e também apresenta, você é repórter e também faz chefia de reportagem, você é repórter e também edita, havia um acúmulo de funções” (MALAVOLTA, 2006 apud KNEIP, 2008).

Já o jornalista Efrém Ribeiro, enquanto participou do Sistema Integrado de Comunicação Meio Norte²⁰ (SICMN) executou polivalência midiática, ao passo que mantinha vínculo empregatício como repórter do jornal impresso Meio Norte, mas também produzia matérias para o portal de notícias meionorte.com, participava de programas e fazia inserções ao vivo na TV Meio Norte (BARBOSA et al., 2013).

Estes aspectos de multifuncionalidade no telejornalismo são ainda mais intensos e prevalentes em meio às recém criadas Web TV's. Uma modalidade que promove a convergência de várias mídias, num único ponto, somando-se a interatividade e instantaneidade características do modelo (CABERLON, 2022).

A tendência de exigências partem dos contratantes, que em alguns casos são profissionais que foram impactados e se adaptaram às mudanças de funções nas redações e mudanças tecnológicas, sentindo-se agora no direito de exigir o mesmo dos atuais profissionais, que lidam com um número cada vez maior de inovações, em um processo de desenvolvimento mais acelerado que o do passado, onde as mudanças surgem em um menor espaço de tempo, além de lidar com a onda de demissões no setor.

O jornalista Alberto Luchette, criador da allTV²¹, primeira emissora de TV na internet do Brasil, reflete o pensamento supracitado no que diz respeito a absolvição da multifuncionalidade por parte dos profissionais.

Quando eu comecei, em 72, a gente escrevia a reportagem numa Olivetti, com três folhas de carbono, para distribuir cópias. Em 88, quando iniciou-se o processo de informatização no Estado, eu tinha que fazer centimetragem de matérias, linhas de matéria. Tinha que dar um título para a minha matéria e tinha que fazer um texto final. Por quê? Porque aboliram os revisores. Sobrecarregou o meu trabalho? Não! Eu tive que apurar melhor o meu texto.

¹⁹ Emissora afiliada da Rede Globo

²⁰ “Crossmídia do meio norte do Brasil. Leva conteúdo global e regional para mais de 4 milhões de pessoas, através do Jornal, TV e Rádios”. Disponível em: <https://sistema.meionorte.com/>

²¹ Criada em 13 de maio de 2002, pelo jornalista Alberto Luchetti Neto.

Isso foi bom pra mim profissionalmente (LUCHETTI, 2006 apud KNEIP, 2008).

Partindo deste pensamento, Luchetti considera que o profissional de webtv deve ser multimídia: “Ao meu modo de ver, é o melhor profissional que tem, por quê? Porque ele escreve, ele faz reportagem, ele edita e entrega o material pronto” (LUCHETTI, 2006 apud KNEIP, 2008). Além de produzir o conteúdo informacional e conceber intelectualmente este trabalho, torna-se notório o domínio da tecnologia que é cobrado do profissional que atua em webtv, uma vez que este atuará em diversas frentes de trabalho, ampliando seu campo de atuação para áreas técnicas no manuseio de câmeras e ilhas de edição (KNEIPP, 2008).

1.3 A precarização da profissão: da legislação ao mercado de trabalho

Até aqui vimos que ao jornalista foi sendo atribuído cada vez mais funções dentro das organizações de trabalho, devido às rotinas implementadas pelo uso de tecnologias e a ocupação dos ciberespaços. Essa temática foi discutida até esta parte da pesquisa. Agora, na próxima etapa, abordaremos de forma contextualizada, como se apresenta a precarização do trabalho do profissional de jornalismo e como a própria legislação corrobora para a ausência dos direitos aos profissionais da área. De forma breve, elucidando como alguns autores e a literatura interpretam a precarização do trabalho e falta de regularização dos profissionais no mercado. Sendo que, o mercado de trabalho, no modelo atual, dificulta o acesso do profissional aos seus direitos trabalhistas de forma que torna-se difícil se contrapor às ordens e demandas estabelecidas pelo contratante.

Para iniciar este debate, é imprescindível estabelecer o que representa a precarização do trabalho para este trabalho. Neste caso, seguimos o conceito de Standing (2014), que traz o precariado como uma nova subclasse de trabalhadores com direitos interrompidos pelo Estado, organização ou empresa que o contrata. Para Standing (2014) Este trabalhador está sujeito a mesma quantidade de tempo de trabalho daqueles em contrato formalizado, mas não recebem os mesmos benefícios. Além disso, vivem na incerteza e instabilidade em seus trabalhos. “O trabalho desempenhado pelo precariado é, de sua natureza, frágil e instável, andando associado à casualização, à informalização, às agências de emprego, ao regime de tempo parcial, ao falso autoemprego” (STANDING, 2014).

Essa nova classe de trabalhadores surge a partir do modelo capitalista neoliberal, que segundo Bertolini (2017) aplica o discurso que “o crescimento e o desenvolvimento

das economias nacionais dependiam da competitividade do mercado”. Isso faz com que o mercado passe a buscar cada vez mais flexibilização nos modelos de contrato para os seus trabalhadores.

Bertolini (2017) a partir de um mapeamento dos pressupostos de Standing (2014) apresenta a flexibilidade em quatro formas: “flexibilidade salarial, flexibilidade de vínculo empregatício, flexibilidade do emprego e flexibilidade de habilidade”. Em todos esses modelos de flexibilização, o trabalhador é o que mais perde os seus direitos constitucionais. Isso implica diretamente na forma como o trabalhador se enxerga no mercado de trabalho, reduzindo sua identidade de certa forma, o trabalhador passa a se submeter a tarefas extensivas para não correr riscos de ser demitido.

Esses estágios da precarização se enquadram aos trabalhadores no geral, em qualquer categoria ou profissão. No caso do jornalismo em especial, Bertolini (2017) afirma que a precarização pode acontecer em forma de “jornadas estendidas ... e na falta de controle da jornada de trabalho”. Para o autor, muitas empresas utilizam a promoção de cargo para fazer com que os trabalhadores não precisem assinar a folha de ponto e dessa forma aumentando a jornada de trabalho e não respeitando os descansos e a pausa entre uma jornada e outra (BERTOLINI, 2017). Outros autores também classificam outros aspectos, como o acúmulo de funções e o baixo salário que também entram para essa lista, assim como apontado por Dantas et al (2017).

Outro fator que segundo Bertolini (2017) pode ser atribuído a precarização é a “contratação por Pessoa Jurídica”. Uma modalidade em que a empresa causa um senso de auto empregador no profissional. Ou seja, ele passa a se classificar apenas como prestador de serviço terceirizado sem nenhum vínculo de emprego com a organização. Dessa forma, a empresa não precisa lidar com os encargos e pagamentos de impostos.

Na lista de características da precarização dos jornalistas atribuídas a Bertolini (2017) também estão os “contratos temporários, nos contratos multimídia, em contratos empobrecidos de direitos legais e no trabalho sob pressão (era degradante devido à busca pela precisão da notícia, agora agravou-se por causa da agilidade com que o conteúdo deve ser produzido)”.

Para Bertolini (2017) “a precarização se agravou na última década, com as tecnologias digitais, que reconfiguraram o mercado de trabalho e reordenaram o modelo de negócio das empresas do setor”. Isso implica nas cobranças que o profissional de jornalismo tem que enfrentar e nas demandas exigidas para ocupar o cargo nas redações, além de, é claro, a instabilidade do emprego.

Feito a contextualização sobre a utilização do termo precarização para esta pesquisa, torna-se necessário explicar agora, como a legislação do Brasil tem corroborado, em todos esses anos, para que ocorra esse estado precário. De fato, o que contribui ainda mais para que esse cenário tenha sido estabelecido e até hoje perpetue, é que a própria legislação do Brasil, não trata da mão de obra profissional com o mesmo olhar que visa a proteção dos meios de comunicação. É essa abordagem que será discutida a seguir.

Assim como no mundo, no Brasil, o jornalismo enfrentou diversas dificuldades até conseguir se consolidar como uma profissão. Ainda que, por volta do final do século XIX, já existissem indícios apontando que existiam trabalhadores atuando em meios de comunicação com caráter informativo sendo realizados no país, o termo só passou a ser consolidado como profissão, a partir do século XX (LOPES, 2011). Antes disso, os profissionais que trabalhavam nos meios de comunicação, não eram caracterizados como profissionais.

Foi por volta de 1908, com a criação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que a classe dos jornalistas começou uma jornada de lutas por direitos e reconhecimento da profissão, no Brasil. De forma que, esse ativismo, conforme Lopes (2011) explica, “começou a organização dos primeiros sindicatos de jornalistas no Brasil (patronais e de trabalhadores), a partir da década de 1930”. Para a autora, outros aspectos como: as primeiras escolas de formação profissional em jornalismo e a criação do decreto-lei n.º 910 de 1938, foram fundamentais para normatizar a profissão (LOPES, 2011).

O documento publicado em 17 de outubro de 1969²², estipula carga horária de trabalho, esclarece sobre os direitos do profissional, as categorias que cada profissional pode exercer dentro de uma organização e principalmente o registro no Ministério do Trabalho. Na época em que foi publicado, o decreto exigia a formação para exercer a profissão no país. Para Brandão (2020), “com a necessidade de estabelecer-se a contratação com o critério do diploma, o mercado de trabalho no jornalismo brasileiro iniciou uma disputa em torno da palavra profissional.”

Atualmente, por decisão do Supremo Tribunal Federal²³ tornou-se desnecessária a obrigatoriedade de diploma para praticar a atividade jornalística no Brasil. O que para Lopes

²² O decreto pode ser acessado no site da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Disponível em: <https://fenaj.org.br/legislacao-profissional-1/>. Acesso em 24 de novembro de 2022.

²³ Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/1359355/supremo-decide-que-e-inconstitucional-a-exigencia-de-diploma-para-o-exercicio-do-jornalismo>. Acesso em 24 de outubro de 2022.

(2011) significou “mais um dos sintomas da crise contemporânea do jornalismo”. Sendo esse, mais um dos fatores que corroboram para a precarização do trabalho jornalístico no país.

Nesse mesmo sentido, outros autores entendem esse processo como disruptivo para a profissão. Uma perda, já que por muito tempo o jornalismo foi tratado com uma perspectiva mais técnica, o que se perderia no retrocesso do fim da obrigatoriedade do diploma. Como afirmado por Brandão (2020) “o fim da obrigatoriedade reabriu a discussão sobre os critérios para produzir notícias, por meio do jornalismo, e com a responsabilidade e utilização de técnicas necessárias”. Para Brandão (2020) a partir de então, os debates acerca da profissão, jornada de trabalho e a forma como se estabeleceram os trabalhos nas organizações, começou a se tornar mais pesado e recorrente.

Com a perda da obrigatoriedade do diploma, outros aspectos da profissão também foram perdidos. Agora, para as organizações ficou mais fácil contratar profissionais que cumpram as mesmas funções dos jornalistas sem a fiscalização do Ministério do Trabalho. Além disso, também tornou-se possível ingressar dentro das organizações, com outras modalidades de contratação, como aparecem nos dados a seguir:

De acordo com a pesquisa, realizada com 26 mil jornalistas de todos os estados brasileiros, o número de jornalistas com contrato de Pessoa Jurídica (PJ) representa 15,8% do total, os freelancers são 7,9% e os autônomos 7,5%. Nesse universo pesquisado, os contratos formais (com registro em carteira de trabalho) são 36,5%. De modo geral, somando-se as novas formas de contrato apresentadas, tem-se 31,2% dos profissionais, total quase igual ao dos que mantêm contratos formais (BRANDÃO, 2020, p. 43).

Há autores que associam ainda a reforma trabalhista em vigor desde 2017 como um dos fatores de precarização da atividade jornalística (LIMA-SOUZA et al., 2021). Tendo em vista que a reforma promoveu a flexibilização de contratos e abriu espaço para as negociações entre patrão e funcionário, reduzindo assim o poder de ação dos sindicatos trabalhistas, este é mais um exemplo de como a legislação brasileira colabora com o cenário de precarização do fazer jornalismo.

Apesar de tudo isso, o jornalista pode recorrer ao amparo da Federação Nacional dos Jornalistas, em caso de abusos diante da profissão. Existe ainda o Artigo 10º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros²⁴, que proíbe que os profissionais do

²⁴ O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros pode ser acessado no site da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). Disponível em: <https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros-1985-2007/>. Acesso em 24 de outubro de 2022.

jornalismo aceitem trabalhar em organizações recebendo um salário inferior ao piso salarial da profissão, aceite trabalhar em carga horária acima da estabelecida por lei e veda a contribuição de forma direta ou indireta do jornalista para precarização da profissão.

Toda essa conjuntura apresentada até aqui, representa a precarização da profissão do jornalista, assim como esclarece as medidas e fatores que corroboram para que se chegasse a esse declínio. Todo esse cenário fez com que “os jornalistas continuaram enfrentando cada vez mais dificuldades por encontrar/manter vagas, principalmente nos espaços dos tradicionais meios de comunicação de massa” (LOPES, 2011). Diante, fica a nossa indagação: o que o jornalista poderia fazer para evitar essas situações? Visto que, o atual cenário da profissão mais as condutas da legislação e das organizações contratantes fazem com que o profissional tenha apenas a escolha de trabalhar de forma precária ou, em contrapartida, nem sequer trabalhar.

Exposto as questões que envolvem a precarização do trabalho do jornalista no Brasil, a usabilidade do termo precarização para esta pesquisa e a forma como a legislação foi sendo conduzida até o atual momento para, de certa forma desregularizar a profissão e contribuir para a falta de amparo do Estado aos profissionais de jornalismo, passando agora para a próxima parte da pesquisa, onde, por meio do debate teórico embasado pela literatura, iremos conduzir um debate acerca do telejornalismo em Imperatriz, que é o nosso objeto de estudo, fazendo uma breve contextualização da sua história e seu desenvolvimento até os dias atuais.

CAPÍTULO 2 -TELEJORNALISMO EM IMPERATRIZ: DO SURGIMENTO AO MODELO DE AFILIADAS

Entender agora a conjuntura do telejornalismo local em Imperatriz é fundamental para a continuidade desta pesquisa. Para isso, faremos um panorama dos acontecimentos envolvendo esse formato na cidade que é cenário para a análise que corresponde este trabalho. Dito isso, nessa etapa será discutido a origem do telejornalismo em Imperatriz, assim como, como está se dando até o momento desta pesquisa. Mas para falar sobre telejornalismo local, é imprescindível explicar como aconteceu a expansão do telejornalismo no Brasil e o surgimento das concessões e o sistema de afiliadas.

O telejornalismo chegou ao Brasil por volta dos anos de 1950, junto com a TV. Mas só a partir dos anos 60 começaram as expansões por todo o território nacional, segundo levantamento de Souza e Santos (2011). Ainda conforme as autoras, “nessa década, apenas 15 emissoras operavam em território nacional.” (SOUZA; SANTOS, 2011). Foi nesse mesmo período que o importante papel informativo dos telejornais fez com esse formato fosse ganhando cada vez mais espaços nas emissoras de canal aberto.

Importante frisar que no Brasil a TV aberta é organizada e distribuída através do sistema de afiliadas. Esse tipo de sistema foi implementado no país no início de 1970, quando a Rede Globo começou a utilizar esse modelo de retransmissão nas suas afiliadas. (SILVA, 2021). Dessa forma, a autora explica que:

As empresas afiliadas retransmitem a maior parte da programação nacional para suas regiões e inserem nesta programação o conteúdo local.”. Esse modelo de retransmissão serviu então para “a formação e consolidação de conglomerados de mídia no Brasil, formou e conceituou o jornalismo local. (SILVA, 2021, pag. 35)

Além disso, no sistema de afiliadas há interesse mútuo das partes envolvidas, Silva (2021) explica que a mídia nacional busca possuir afiliadas para descentralizar a sua programação, o que promove alcance de novos investimentos publicitários em diversas cidades brasileiras. Já as afiliadas buscam pelo prestígio e credibilidade da mídia nacional para garantir a audiência do público, além de diminuir custos financeiros oriundos da produção midiática.

Esse sistema funciona por meio da retransmissão do conteúdo pelas emissoras afiliadas. Silva (2021) explica que o esquema é composto pelas chamadas *praças*, que ficam localizadas nas cidades onde a emissora instala suas afiliadas, e a cabeça de rede, como é chamada a praça líder das afiliadas.

Silva (2021), utilizando os pressupostos de Munhoz (2008) explica que o propósito das afiliadas é criar uma demanda de conteúdos para ser retransmitida pelo sistema da emissora sede. Dessa forma, a sede continua ocupando a maior parte de grade de transmissão diária da emissora, além de também transmitir conteúdo regional.

Diante de todo cenário, começou-se a observar o interesse de passar a produzir o telejornalismo nas emissoras afiliadas regionais. “Uma outra novidade dos anos 80 é a regionalização dos telejornalismo, feita inicialmente pela tevê Globo, no estado de São Paulo, que depois serviu de base para o país todo”. (KNEIPP, 2008)

Conforme Filho (2019) explica, lá pelos anos de 1979 já se tinha registros de telejornais com edições regionais sendo exibidas em cidades pelo Brasil. Só com a constituição de 1988 ficou sendo necessária a produção de conteúdo de cunho informativo, neste caso jornalístico em âmbito regional, como diz os parágrafos II e III do artigo 221 que dispõe sobre “a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988)²⁵.

Em Imperatriz, a partir do final dos anos 60 já foram registrados os primeiros sinais da TV (SOUSA; MATOS, 2019). Mesmo com os registros da TV na cidade, de acordo com o mapeamento realizado por Matos e Sousa (2019), até “meados da década de 1970, Imperatriz ainda não detinha registro de uma emissora de televisão” (SOUSA; MATOS, 2019). Mas, só “no natal de 1975 é que a TV é definitivamente homologada em Imperatriz com sinais simultâneos da Tupi e Globo (ASSUNÇÃO; PINHEIRO, 2012).

As experiências com instalação da TV em Imperatriz, coincidem no mesmo período que a ditadura militar e com a vigência do ato institucional número 5 (AI5), que reprimia na época os meios de comunicação no Brasil. Mas em Imperatriz não houve repressão dos militares durante a instalação da televisão, chegando os militares até a colaborar com o processo. Conforme esclarece:

Com uma comissão formada pelo interventor Carlos Alberto Barateiro da Costa, deu-se início à materialização do projeto de implantação do sinal televisivo em Imperatriz. Foram designados o eletrotécnico Francisco Marques Ramos e o empresário Raimundo Nonato Vieira Cabeludo para a compra dos equipamentos necessários na cidade de Manaus. (REIS; SILVA, 2016, p. 290).

Antes do final dos anos 80, os registros de telejornalismo em Imperatriz, eram feitos por retransmissão das grandes emissoras por meio das suas afiliadas na cidade.

²⁵ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 24 de outubro de 2022.

Ainda assim, segundo indica a literatura, nesse mesmo período já existia um telejornal na cidade, veiculado pela TV Imperatriz, na época, atual TV Mirante, com conteúdo jornalístico (DA SILVA, 2019). Conforme elucida Frazão (2014, apud SOUSA; MATOS, 2019, p.140) “a emissora chega para atender aos aspectos da produção jornalística local, com notícias voltadas para o cenário social e econômico da época, como os conflitos agrários, violência urbana e a infraestrutura do município”. Era a primeira afiliada da TV Globo, e foi instalada na cidade em 1987 sob o comando da então prefeitura da época.

Os anos 90 ficaram marcados pela chegada de novas concessões de TV na cidade, a TV Capital afiliada a TV Record (SOUSA; MATOS, 2019), em 1991 foi inaugurada oficialmente a TV Difusora (PINHEIRO; SANTOS, 2016) e em 1990 foi fundada a “TV Anajás”, que só em 2003, passou a ser associada à Rede Vida de Televisão (SOUSA; MATOS, 2019). Essa emissora de categoria religiosa passou a transmitir em sua rotina programas informativos, conforme apontado por Alves e Aguiar (2016) “o jornal foi criado logo após a fundação da TV Anajás com o nome de Noticiário da Diocese. O nome só foi mudar em 2005, quando o bispo Dom Gilberto Pastana assumiu a diocese de Imperatriz.”

A partir de então, aumentaram os registros de telejornalismo local em Imperatriz. Pinheiro e Santos (2016) mapearam a produção noticiosa realizada pela TV Difusora na cidade. Segundo as autoras:

No ano de 1991, a produção da Difusora iniciou com três programas jornalísticos: TJ Notícias, exibido pela manhã; ao meio dia os telespectadores assistiam outra edição do TJ Notícia e no período da noite, a partir das 18h, havia o TJ Maranhão. As primeiras práticas jornalísticas eram feitas com uma estrutura limitada tanto de recurso humano quanto tecnológico. (PINHEIRO; SANTOS, 2016, p.183).

As autoras explicam que já naquela época, a equipe que produzia as notícias que eram veiculadas pelos telejornais era pequena, e tinha que revezar entre os períodos para fazer a cobertura dos acontecimentos na cidade. Dessa forma, como o tempo era curto para a quantidade de material a ser produzido, era necessário uma grande agilidade para que o processo fosse terminado a tempo de ir ao ar (PINHEIRO; SANTOS, 2016).

Hoje, de acordo com o Atlas da Notícia²⁶ (2022), existem em Imperatriz, oito meios de comunicação no segmento TV funcionando na cidade. Sendo que o sistema de afiliadas continua sendo integrado até hoje na maior parte das organizações. De modo

²⁶ Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/dados/app/>. Acesso em: 25 de outubro de 2022.

que, os conteúdos produzidos nas sedes continuam sendo retransmitidos pelas afiliadas, que por ventura, também continuam produzindo conteúdos regionais.

Feito essa contextualização, onde salientamos os aspectos relacionados ao sistema de afiliadas em Imperatriz e descrevemos a conjuntura que estabeleceu esse sistema na cidade, podemos seguir adiante para a próxima seção desta pesquisa, onde iremos compreender um panorama sobre o descontentamento dos profissionais de jornalismo dentro das suas rotinas de trabalho.

2.1 Os indícios de descontentamento dos profissionais

Até aqui, foram apresentados alguns dos processos atrelados às mudanças e condições de trabalho do profissional jornalista. Problemas como a ocupação de várias funções dentro da organização, multifuncionalidade, precarização do trabalho, falta de amparo, tecnologias emergentes que são introduzidas cada vez mais nos processos produtivos do jornalismo, são apenas algumas das fontes dessa problemática. Para Reis, Thomé e Miranda (2018), é importante “acompanhar como o multitarefismo pode prejudicar a qualidade da informação distribuída e sobrecarregar os profissionais.”. Dessa forma, esta seção da pesquisa tem a função de apontar alguns indícios de descontentamento que os profissionais que atuam no jornalismo estão apresentando, relacionando com os fatores que foram trazidos acima.

Assim como já citado anteriormente, as constantes mudanças e o atual cenário do mercado telejornalístico no Brasil, tem alterado as práticas de trabalho dentro das organizações. Por isso, torna-se fundamental investigar o que está sendo exigido dos profissionais, neste novo cenário, para assim, possibilitar uma reflexão crítica acerca de como essa conjuntura pode ser mudada (REIS; THOMÉ; MIRANDA, 2018). Um dos causadores dessas mudanças estruturais é a chegada das tecnologias dentro da redação, que por sua vez pressionam o modelo de produção e desencadeiam o acúmulo de funções. (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011). Os autores Pereira e Adghirni (2011) afirmam que, diante disso tudo, “o jornalista profissional parece vivenciar um momento de indefinição”. Para eles agora:

Cada empresa é livre para impregnar suas matrizes ideológicas nos jovens em formação. Mais jovens e inseguros quanto ao emprego, os jornalistas tendem a relativizar os padrões impostos pelos códigos deontológicos e o pensamento crítico – resultado da formação universitária – em nome dos valores do mercado. (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011, p.48).

O jornalista passa a se deixar subornar devido às circunstâncias e às condições que não lhe são favoráveis. O profissional prefere se entregar a esses novos modelos de trabalho que segundo Pereira e Adghirni (2011), “lhe permite subir na vida profissional ou simplesmente sobreviver diante do desafio das “rotinas produtivas infernais” às quais está submetido dentro de um mercado desconfigurado pelas tecnologias e pela legislação trabalhista”. (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011)

Tudo isso se manifesta no descontentamento do profissional que agora tem que enfrentar esse cenário de trabalho. Exemplo disso é o levantamento obtido a partir da pesquisa de Reis, Thomé e Miranda (2018), foi possível “catalogar sete novas funções no tocante ao monitoramento das redes sociais digitais e do aplicativo WhatsApp, incluindo ações ligadas à necessária interatividade da emissora com os públicos desses canais” (REIS; THOMÉ; MIRANDA, 2018). O que demonstra que além da sobrecarga de funções, existem também novos mecanismos sendo entregues nas mãos dos profissionais e eles devem realizar essas atribuições junto às atividades consideradas padrões. Além disso, “a pesquisa detectou 20 novas funções no telejornalismo no atual cenário de convergência, em que, como já fora identificado no meio radiofônico, as equipes assumem novos desafios e os profissionais acumulam atividades.” (REIS; THOMÉ; MIRANDA, 2018)

Já na pesquisa realizada pelos autores De Souza, Santos e Neto (2020), é percebida a insatisfação dos profissionais com relação a carga horária e a rotina de trabalhos. Os jornalistas que fizeram parte da pesquisa relataram que, antes das reforma trabalhista e novo modelo do mercado de trabalho, a rotina de trabalho durava apenas seis horas e em caso de horas extras eles recebiam a mais. Nos dias de hoje “eles trabalham todos os dias duas horas a mais, em um sistema de banco de horas de compensação, sem o pagamento em dinheiro das horas extras.” (DE SOUZA; SANTOS; NETO, 2020)

Em continuidade aos resultados dessa pesquisa, os jornalistas entrevistados apontam insatisfação quanto às novas modalidades de trabalho, funções agrupadas e empregadas a uma equipe menor, assumem também que a reforma trabalhista impacta a jornada de trabalho, aumentando a quantidade de horas trabalhadas que agora podem ser transformadas em banco de horas ao invés de serem pagas como de costume. Os jornalistas também mostraram insatisfação com a remuneração e o medo constante de sofrer ataques violentos durante o trabalho. Para eles, essa é uma situação que tem se tornado comum no exercício da profissão (DE SOUZA; SANTOS; NETO, 2020)

Todo esse cenário é ainda pior quando se trata de jornalistas que atuam nos meios digitais. “O que atua nas emissoras da internet já é esse novo profissional: multifuncional, com pouca ou nenhuma garantia trabalhista, remuneração menor e jornada de trabalho maior, embora tenha maior liberdade de criar e divulgar conteúdo.” (DE SOUZA; SANTOS; NETO, 2020). Além dos profissionais jornalistas, na pesquisa, os autores também entrevistaram os administradores dos sindicatos dos jornalistas:

Os dirigentes sindicais de todo o país confirmaram a precarização do setor, que já vinha ocorrendo com a revolução digital e se agravou após a reforma trabalhista. O enfraquecimento dos sindicatos foi sentido pelos jornalistas das emissoras tradicionais e gerou mais insegurança para lidarem com o empregador, facilitando a aceitação de acordos individuais contrários aos seus interesses. (DE SOUZA; SANTOS; NETO, 2020, p. 14).

Trazendo essa realidade para a cidade enfoque desta pesquisa, em Imperatriz, os relatos encontrados na dissertação de mestrado de Brandão (2022) também demonstram que os profissionais que atuavam nos telejornais estavam insatisfeitos com relação a multitarefas, e atribuíam a responsabilidade as novas mudanças no mercado de trabalho. Segundo a autora, “Mesmo os profissionais mais antigos, que haviam começado na TV com funções pré-determinadas, tiveram que se adaptar”.

Para os entrevistados na pesquisa de Brandão (2020) outro motivo de insatisfação é com o quesito remuneração, na pesquisa, a autora identificou que “mais da metade dos profissionais entrevistados ganhavam abaixo do piso ou está no limiar dele.” (BRANDÃO, 2020). A falta de necessidade do diploma também é apontada como contribuinte para a baixa fiscalização nas empresas.

Silva (2021) aponta também outros indícios de insatisfação em sua pesquisa que também teve participação de jornalistas que atuam nas redações de Imperatriz. “Precarização do trabalho jornalístico, redução de equipes, falta de mão-de-obra, equipamentos que auxiliem a cobertura de notícias, e forças econômicas e políticas, são alguns dos principais motivos que prejudicam a produção de qualidade do jornalismo.” (SILVA, 2021).

Outro aspecto que contribui para a ruptura na produção jornalística é o reflexo das demissões nas redações. À medida que a equipe é reduzida, cada vez mais profissionais acumulam cargos dentro do veículo. Na pesquisa, Silva (2021) elencou que treze dos 18 entrevistados desempenhavam mais de uma função no local onde trabalhavam e que isso era mais acentuado nas praças do interior do estado, como é o caso de Imperatriz que possui duas afiliadas contempladas no estudo (SILVA, 2021).

Para Silva (2021) os profissionais relataram que a insegurança na profissão tem impacto direto no dia a dia da produção das redações. Ela descreve essa realidade como cada vez mais comum nas cidades do interior. Além da falta de equipamentos, do encolhimento das equipes e do acúmulo de funções que assolam o jornalismo, os vínculos entre grupos econômicos e políticos também afetam o funcionamento das ferramentas de comunicação (SILVA, 2021).

Todas as circunstâncias apresentadas até aqui, implicam que pode haver insatisfação no exercício da profissão, visto que tem se tornado cada vez mais precarizado. “Reforçamos que as condições de trabalho estão longe das ideais, o que aponta a necessidade de uma discussão mais aprofundada dos impactos e das consequências disso.” (DANTAS et al., 2017). Uma realidade que já pode ser observada em diversos lugares do Brasil, como pontua a literatura discutida até aqui.

Conhecido o referencial teórico que sustenta este estudo, a próxima parte deste trabalho discute os procedimentos metodológicos adotados por esta pesquisa.

CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

A definição da metodologia levou em consideração os objetivos do estudo, para que o método escolhido fosse capaz de responder ao problema de pesquisa (RICHARDSON et al., 1999). A metodologia foi estruturada de modo a identificar as principais mudanças ocorridas na atuação dos profissionais de telejornalismo e como eles percebem essas mudanças.

A partir da compreensão de que o produto jornalístico é fruto de um processo com diversas etapas, que juntas formam o newsmaking (WOLF, 2005), foram considerados indivíduos aptos a participar da pesquisa os envolvidos em todas as etapas de produção e veiculação da notícia em meio televisivo. O universo da pesquisa é constituído por: pauteiros, produtores, repórteres, cinegrafistas, editores de imagem, diretores de imagem (DTV), operadores de áudio, apresentadores, coordenadores de jornalismo e redação.

É considerado ainda o fator temporal, uma vez que observar mudanças e tendências requer observá-las ao longo do tempo. O que neste caso é sintetizado a partir da percepção de quem vivenciou o universo estudado dentro do recorte temporal dos últimos 10 anos.

3.1 O objeto de pesquisa

Para a definição da metodologia aplicada ao estudo estabeleceu-se como primeira etapa o conhecimento do objeto estudado, acreditando que a partir deste recorte seria possível delimitar as estratégias aplicadas, uma vez que o objeto da pesquisa pode determinar a técnica adequada (CERVI, 2008). Deste modo, realizou-se ações voltadas à identificação dos profissionais que atuaram em telejornalismo, no município de Imperatriz-MA, no período entre 2011 e 2021.

Com base no sinal de canais emitidos no município, identificou-se 6 emissoras de televisão com afiliadas locais, que além de retransmitir a programação nacional, também realizam a produção de conteúdo televisivo. Deste modo, identificou-se as afiliadas com potencial de empregar os profissionais da área de telejornalismo em Imperatriz.

Quadro 2. Afiliadas em atuação no município de Imperatriz

EMISSORA	AFILIADA	CANAL
Sistema Brasileiro de Televisão	Tv Difusora Sul	7.1
Rede Globo	TV Mirante	10.1
Record TV	Tv Nativa	13.1
Grupo Meio Norte	Tv Meio Norte	19.1
Rede TV	Tv Imperatriz	4
Rede Vida	Tv Anajás	26.1

Fonte: Autora (2022)

A priori realizou-se uma solicitação formal via e-mail e ofício entregue às seis emissoras identificadas, para que fornecessem uma lista com a relação dos trabalhadores que desenvolveram atividades no recorte de tempo abordado. Como resultado obteve-se o fornecimento integral das informações de três emissoras.

Duas das emissoras, no entanto, forneceram dados parciais e uma não forneceu dados. A identificação do grupo continuou por meio da técnica metodológica snowball (bola de neve), que é comumente utilizada em pesquisas sociais, nas quais os primeiros participantes da pesquisa indicam os próximos participantes, que por sua vez indicarão outros, e assim sucessivamente (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

Foram realizadas conversas com os profissionais já conhecidos, a fim de completar a identificação do grupo de profissionais estudado. A utilização da técnica desencadeou uma espécie de rede para o conhecimento do grupo estudado, tornando claro o alcance do objetivo a partir do momento em que os indivíduos começaram a repetir indicações (BALDIN; MUNHOZ, 2011), demonstrando que o estudo teve êxito em reunir o grupo dos profissionais que atuaram no telejornalismo imperatrizense entre 2011 e 2021.

Concomitante a identificação realizou-se ainda a captura de números telefônicos e redes sociais do público alvo da pesquisa. Diante da apuração foram encontrados 136 profissionais, sendo 101 homens, o que representa 74% do grupo, e 35 mulheres, representando 26% do grupo. A estruturação da pesquisa contou ainda com uma pesquisa bibliográfica, a qual apontou os principais temas discutidos no universo em que se situa o trabalho desenvolvido.

3.2 A abordagem quantitativa

Após a identificação do objeto e com base na literatura, foi possível concluir que a pesquisa quantitativa seria ideal, pois o objeto e características que se desejava medir já estavam definidos. Em função disso, a aplicação e desenvolvimento da técnica objetivou “a descrição das quantidades de características de determinada população, o estabelecimento de relações causais entre variáveis já conhecidas, e a realização de inferências a partir de resultados obtidos em amostras representativas.” (CERVI, 2008).

Considerou-se como características do objeto a serem mensuradas as que estão relacionadas a percepção dos profissionais em relação a atuação, reunindo assim questões como jornada de trabalho, remuneração, satisfação, dentre outras conforme abordado a seguir no próximo tópico. Nesta construção julgou-se mais eficiente a abordagem quantitativa pelo volume de informações processadas de forma objetiva e clara.

3.3 Elaboração e aplicação de questionário

Certos dos objetivos, a escolha por aplicação de questionário visou “descobrir a distribuição de certos traços e atributos” (BABBIE, 2003, apud in CAEIRO, 2022 p.163) do grupo estudado. Permitindo o aprofundamento do conhecimento sobre o grupo e seus fenômenos (CAEIRO, 2022), possibilitando avanços na construção do conhecimento sobre o telejornalismo imperatrizense, uma vez que servirá ao preenchimento da lacuna de informações a partir da óptica dos trabalhadores.

O questionário é uma ferramenta que se destaca por conseguir alcançar um elevado número de pessoas e obter delas respostas padronizadas. O fato de ser autopreenchido faz com que o formulário também diminua a resistência para participação de algumas pessoas, que podem se sentir incomodadas com a presença de um interlocutor. Também a ausência do interlocutor reduz possíveis distorções nas respostas (CAEIRO, 2022).

O desenvolvimento do questionário baseou-se na intenção de mensurar a percepção dos profissionais em relação à atuação profissional nos últimos 10 anos, de forma objetiva, com perguntas diretas e de fácil entendimento.

Uma preocupação presente no desenvolvido se deu em relação a quantidade de perguntas, para reduzir a possibilidade de desistência dos participantes, gerada por cansaço ou fadiga do questionário. Ao todo, foram feitas 25 perguntas aos profissionais, em 4 formatos diferentes: perguntas múltiplas; perguntas abertas; perguntas dicotômicas e pergunta matriz.

O primeiro passo foi desenvolver o texto de apresentação da pesquisa, que é o primeiro contato do participante e irá apresentá-lo ao ambiente, explicar do que se trata a pesquisa e mostrar a importância de sua participação. Ao ler a apresentação o participante deveria então responder se concorda em participar, permitindo o uso das informações inseridas no questionário.

As perguntas foram divididas em três seções, aglutinando questões semelhantes em cada seção. O questionário inicia com a seção de Informações Sociodemográficas, onde o participante respondia sobre idade, escolaridade, gênero e raça. Desta forma a pesquisa traçou um perfil sociodemográfico da amostra estudada, que pode, em certa medida, representar o grupo estudado de profissionais do telejornalismo imperatrizense. Nesta primeira seção foram elaboradas 6 perguntas.

Da Atuação Profissional é a segunda seção, onde foram abordadas questões relativas aos vínculos empregatícios, salário e jornada de trabalho. Nesta seção 6 perguntas foram elaboradas, com o objetivo de extrair um panorama das questões trabalhistas relacionadas ao vínculo dos profissionais com as empresas.

Das Percepções e Prática é a terceira e última seção, na qual foram desenvolvidas 13 perguntas com o objetivo de capturar a percepção dos profissionais em relação à prática no dia a dia, e as mudanças observadas por eles na prática do telejornalismo nos últimos 10 anos. Na seção estão relacionadas ainda as questões sobre condições de

trabalho em infraestrutura, tempo e número de profissionais, impactos do trabalho na saúde do profissional e nos planos pessoais como por exemplo no desejo de ter filhos.

Enquanto na seção dois buscou-se os aspectos formais das relações de trabalho, na seção 3 buscou-se as questões práticas, sobre o que de fato é desenvolvido pelo profissional no dia a dia, entendendo que pode haver mudança entre o trabalho previsto e o trabalho executado.

A plataforma escolhida para disponibilização e resposta do questionário foi a *Google Forms*²⁷, considerada aqui uma plataforma intuitiva e de fácil manuseio. As facilidades estão também no compartilhamento da pesquisa, feito através de um link que pode ser encaminhado aos participantes, por meio do qual é possível acessar o questionário.

Após a criação do formulário, este foi submetido a testes, por parte de integrantes do grupo de pesquisa em comunicação e jornalismo Gciber, grupo vinculado à Universidade Federal do Maranhão, sob a orientação dos professores Lucas Reino, Marcelli Alves e Thaísa Bueno. A testagem buscou a opinião de terceiros a respeito da experiência com o questionário e a detecção de possíveis erros.

Após os testes e feitas as correções observadas o formulário da pesquisa foi duplicado na plataforma Google Forms, gerando um novo questionário idêntico ao que foi aprovado, no entanto, sem nenhuma resposta registrada, zerando as respostas obtidas anteriormente na fase de testes.

Em seguida iniciou-se a fase de mobilização dos participantes, onde uma mensagem padronizada contendo o link do questionário foi encaminhada a todos os possíveis participantes. O envio se deu principalmente por meio do aplicativo de mensagens Whatsapp, mas na ausência do número telefônico do profissional realizou-se também o envio por meio das redes sociais Instagram e Facebook.

Após três semanas do envio da primeira mensagem observou-se a baixa adesão à pesquisa, o que fez com que novos contatos com abordagens individuais fossem realizados. O processo de coleta teve duração de dois meses, tendo registrado a primeira resposta no dia 3 de junho de 2022 e a última resposta no dia 2 de agosto de 2022

²⁷ Aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pela empresa Google.

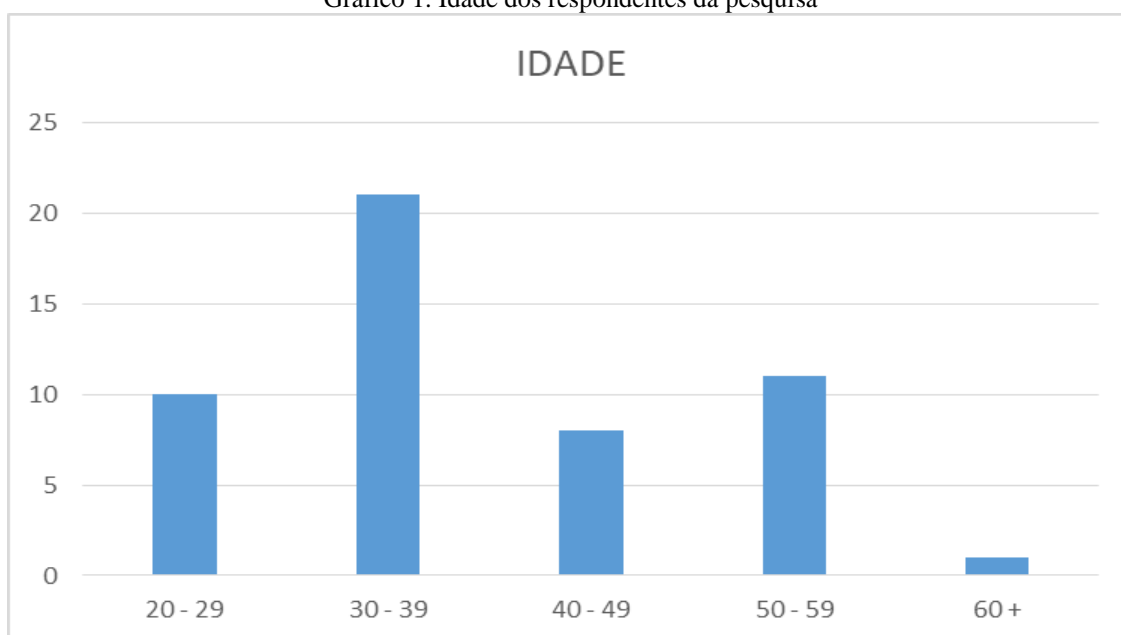
CAPÍTULO 4 - ANÁLISE

A amostra obtida pelo presente estudo foi de 55 participantes, dentro do universo de 136, o que representa um nível de confiança em 90% e margem de erro de 8,56%.

A proporção de participação por gênero dentro da amostra obtida infere que houve maior adesão do questionário por parte do público feminino (34,5%) do que o masculino (65,5%), considerado os números da população estudada em que 74% são homens e 26% são mulheres.

A idade dos profissionais que atuam ou já atuaram no telejornalismo imperatrizense no recorte de tempo adotado, varia entre 21 e 64 anos, apresentando maior prevalência na faixa etária de 30 a 39 anos, maior parte do grupo, somando 21 profissionais. Em seguida está a faixa etária de 50 a 59 anos, que soma 11 profissionais. Ao todo, 51 dos entrevistados responderam sua idade, conforme descrito abaixo.

Gráfico 1. Idade dos respondentes da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora (2022)

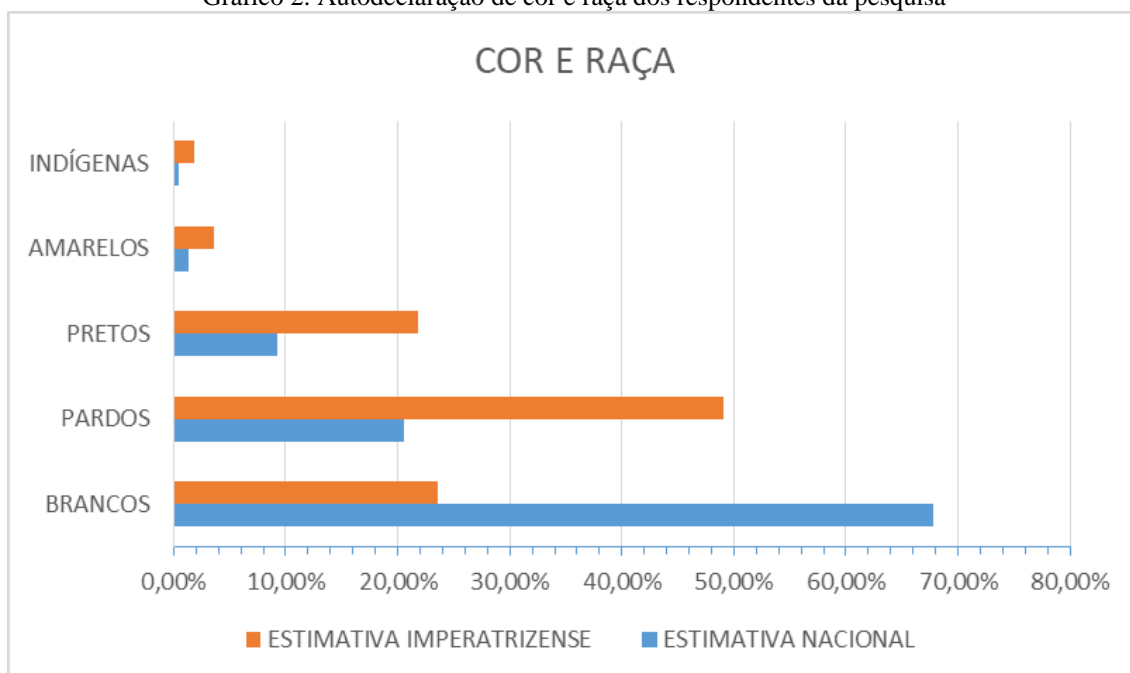
Por meio do gráfico exposto acima é possível notar uma variação de idades, incluindo os profissionais mais velhos, ainda presentes nas redações imperatrizenses. O mesmo não é mais observado em outros locais do país. Pesquisadores (LELO, 2019; PITHAN et al., 2020) observam e apontam para uma política de dispensa dos profissionais mais velhos, e rejuvenescimento das equipes como forma de inibir a transmissão de valores ou rebeldias dos profissionais mais antigos aos mais jovens.

Fatores que na prática facilitam a dominação de toda a equipe em relação às contestações sobre o trabalho. O rejuvenescimento é ainda apontado como forma de precarização, pois a expectativa de ascensão da carreira faz com que os jovens estejam mais suscetíveis a aceitarem e se adaptarem às condições precárias.

Em consonância com a pesquisa local, a tendência nacional segue com prevalência da faixa etária entre 31 e 40 anos (30,3%), conforme apontado pelo relatório *Perfil do jornalista brasileiro 2021*. O relatório traz também a tendência de rejuvenescimento indicada pelos autores uma vez que a segunda maior faixa-etária é de pessoas entre 23 e 30 anos (24,1%). Este fato não se verifica no cenário local, onde o segundo maior grupo é o de pessoas na faixa etária entre 50 e 59.

A autodeclaração de cor e raça dos profissionais imperatrizenses não segue a prevalência apresentada no *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*. Enquanto a pesquisa aponta que os jornalistas brasileiros “são predominantemente brancos (67,8%)”, o cenário local tem mais profissionais autodeclarados pardos (49,1%). Já os profissionais autodeclarados brancos no cenário local representam 23,6%, e autodeclarados pretos somam 21,8% do grupo. Apesar das divergências na maioria da população, em ambos os indivíduos autodeclarados amarelos e indígenas também são a menor parte da população, representando 3,6% e 1,8% respectivamente.

Gráfico 2. Autodeclaração de cor e raça dos respondentes da pesquisa

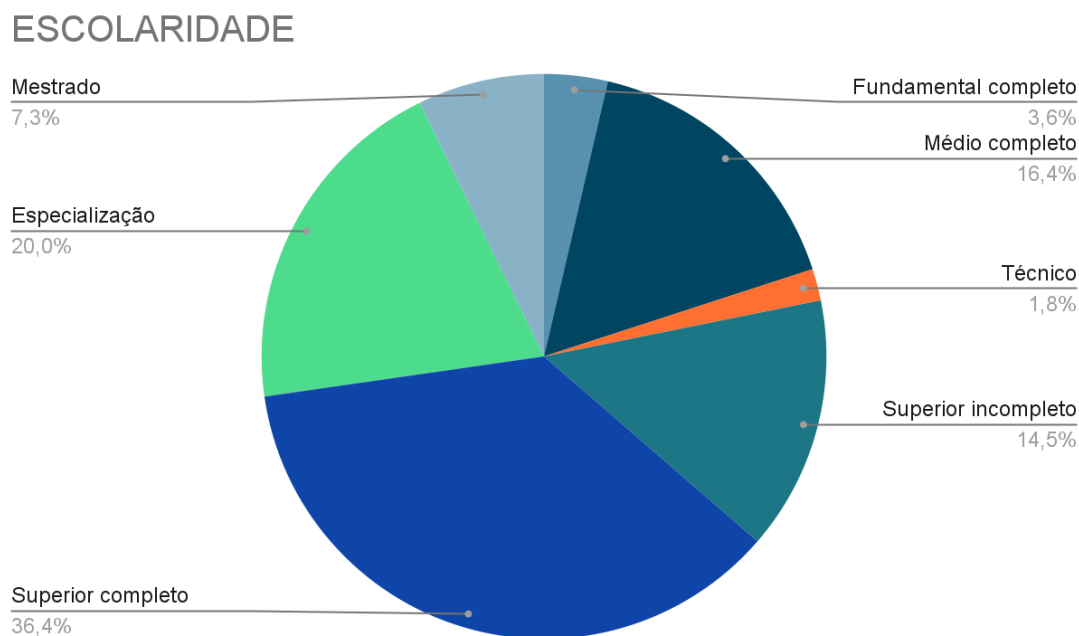


Fonte: elaborado pela autora (2022)

Apesar da divergência dos dados nacionais relativos à categoria de jornalistas, a hipótese que explica os números obtidos se dá por meio dos números gerais da população. Os números do presente estudo estão em consonância com os números regionais. Segundo o último censo do IBGE²⁸ (2010) a população do estado do Maranhão apresenta a seguinte disposição: pardos (66,9%), brancos (21,9%), pretos (9,6%), amarelos (1,1%) e indígenas (0,5%). Mesma disposição apresentada neste estudo.

Em relação a escolaridade dos profissionais que atuam no telejornalismo imperatrizense, destaca-se que a maioria dos respondentes desta pesquisa possui ao menos o ensino superior completo. Somando-se os 11 profissionais que possuem especialização, 4 que possuem mestrado, e 20 que cursaram graduação, obtém-se que 63,7% dos entrevistados possuem algum grau de estudo no ensino superior. Há ainda 8 profissionais que possuem o ensino superior incompleto. O ensino médio foi cursado integralmente por 9 profissionais, enquanto que 11 possuem apenas o ensino fundamental completo. 1 dos entrevistados possui ensino técnico profissionalizante.

Gráfico 3. Escolaridade dos respondentes da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora (2022)

²⁸ Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2094#/n1/all/n2/all/n3/all/v/1000093/p/last%201/c86/allxt/c133/0/d/v1000093%201/l/v,p+c86,t+c133/resultado>

Destaca-se a inexistência de doutores atuando na área, sendo o mestrado o maior nível de formação da amostra, que foi cursado por apenas 4 dos profissionais respondentes. Esta característica é também nacional, de modo que a atuação prática no jornalismo diário feita por doutores é pequena. Em pesquisa nacional os doutores e pós-doutores representaram 6,3% da amostra (PERFIL DO JORNALISTA BRASILEIRO, 2021).

A pergunta seguinte do questionário solicitava que o respondente indicasse a sua área de formação superior (graduação), esta obteve 54 respostas, que, no entanto, apresentam dados divergentes da questão anterior, pois apenas 9 dos entrevistados assinalaram que não possuem graduação, enquanto os dados da questão anterior era de 21 pessoas sem o ensino superior completo.

A incompatibilidade de respostas indica falha no entendimento da questão por parte dos respondentes. Neste sentido, uma solução para futuras pesquisas é o redirecionamento para esta pergunta, apenas dos indivíduos que preenchem na questão anterior o critério de formação superior. De modo que o questionário online não ofereça a pergunta ao grupo que possui apenas ensino fundamental, médio ou técnico, ao invés de ofertar a todos incluindo a opção “não fiz graduação”.

De todo modo, para o questionamento da área de graduação, 29 (53,7%) respondentes indicaram ter graduação em jornalismo, 3 (5,6%) indicaram graduação em Rádio e Tv, e 13 (24,1%) entrevistados teriam se graduado em outra área. Assim, mais da metade dos entrevistados teriam formação acadêmica que os habilita ao desenvolvimento das atividades jornalísticas.

Ao analisar a formação acadêmica destes profissionais é pertinente lembrar o processo de formação dos profissionais do jornalismo televisivo brasileiro, marcado em suas primeiras décadas pela aprendizagem exclusivamente prática (KNEIPP, 2008). A demora no surgimento dos cursos específicos está relacionada ao processo tardio de formação acadêmica do grupo. Além disso, a não exigência de diploma para atuação, pode estar relacionada aos números atuais.

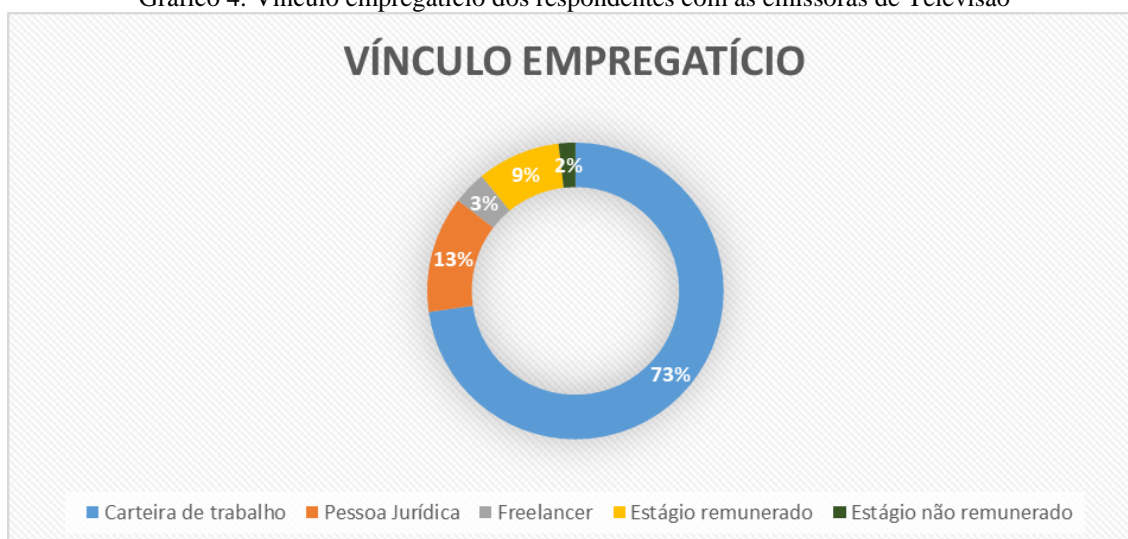
A amostra obtida pela presente pesquisa é formada por 25 (45,5%) indivíduos que estão atuando no telejornalismo imperatrizense, estes chamaremos de grupo 1 para facilitar o entendimento do capítulo de análise. Há também 20 (36,4%) profissionais que saíram do telejornalismo mas seguem desenvolvendo outras atividades na área de jornalismo e 10 (18,2%) profissionais que já atuaram no telejornalismo, mas atualmente estão em outra área que não apresenta vínculo com jornalismo de forma geral. Juntos,

estes profissionais formam o grupo 2 da análise, o grupo composto por profissionais que no passado recente atuaram no telejornalismo

40 profissionais possuem ou possuíram vínculo empregatício por meio da carteira de trabalho, 7 prestam ou prestaram serviço como pessoa jurídica (PJ). 2 profissionais que já atuaram no telejornalismo não possuíam vínculo empregatício, exercendo trabalho avulso de freelancer. 5 pessoas atuaram por meio de contrato de estágio e 1 em estágio curricular obrigatório (não remunerado).

Na questão sobre vínculo empregatício optou-se por deixar um espaço de preenchimento livre caso os vínculos apresentados não correspondessem ao que o profissional possuía, neste caso um dos entrevistados informou “cota patrocínio” como explicação de seu vínculo com a emissora de televisão.

Gráfico 4. Vínculo empregatício dos respondentes com as emissoras de Televisão



Fonte: elaborado pela autora (2022)

O vínculo empregatício é um dos indicadores relacionados à precarização do trabalho jornalístico, alguns autores vêm evidenciando um crescimento de vínculos que não garantem tantos direitos aos profissionais. Segundo o levantamento da UFSC em parceria com a Fenaj, o vínculo de carteira assinada (Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS) em 2021 correspondia a apenas 45,8% dos respondentes, ou seja, menos da metade dos jornalistas desfrutavam da “sensação de segurança no emprego e eventualmente após uma demissão, como seguro desemprego, recebimento de indenizações e FGTS” (PERFIL DOS JORNALISTAS BRASILEIROS, 2021).

Apesar do cenário nacional, ainda não se verifica o mesmo quadro em Imperatriz, no interior do Maranhão, onde 73% dos respondentes atuaram com carteira de trabalho

assinada. A preservação do vínculo empregatício observada, no entanto, não garante por si só boas condições de trabalho de maneira geral.

Ao analisar a carga horária de trabalho dos profissionais verificou-se que 81,81% dos respondentes trabalham ou trabalhavam entre 5 e 6 horas por dia. 2 profissionais que já atuaram no telejornalismo trabalhavam 8 horas diárias, mas apenas o grupo de profissionais que estão atuando no mercado atualmente registrou jornada de trabalho entre 8 e 10 horas diárias, desenvolvida por 4 profissionais.

O fato chama a atenção porque excede o tempo de trabalho previsto na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) das atividades envolvidas no processo televisivo, além de também ser superior ao valor estabelecido pelo Decreto 83284/79²⁹, o que pode representar um indício do aumento da carga horária diária de trabalho desenvolvido em emissoras de televisão nos últimos anos, chamando a atenção para futuras pesquisas que possam realizar o acompanhamento deste indicador, a fim de verificar se esta tendência seguirá presente na atividade do telejornalismo local.

Registrou-se ainda como respostas 1 profissional que já atuou com carga horária de 2 horas, e outro que já atuou por 4 horas diárias. 1 dos profissionais que está na área, atualmente cumpre 3 horas diárias.

Quando questionados se o tempo de trabalho é ou era suficiente para todas as atividades a serem desenvolvidas, os respondentes formam maioria de 69,1% na afirmação positiva de tempo suficiente. 30,9% dos respondentes, no entanto, consideram o tempo de trabalho insuficiente para as atividades propostas pela empresa.

Tempo de trabalho não significa qualidade de trabalho, por isso os profissionais foram questionados se consideram desempenhar um trabalho de qualidade dentro do tempo de serviço. Observou-se que a maioria dos respondentes além de considerar o tempo de trabalho suficiente também acreditam desenvolver trabalho de qualidade em sua carga horária frequentemente (50,9%) ou sempre (38,2%). Apenas 10,9% consideram que raramente desenvolvem trabalho de qualidade no tempo proposto.

Tanto o grupo de profissionais que estão atuando quanto o que já saiu do telejornalismo consideram o número de profissionais insuficiente para a realização do trabalho demandado na atividade. Observa-se ainda um crescimento considerável da percepção de falta de profissionais com o passar do tempo, de modo que 67,7% dos respondentes do grupo 2 consideram que em sua época o número era insuficiente, já

²⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d83284.htm

dentre os respondentes do grupo 1 são 84% os que consideram insuficiente o número de profissionais.

O mesmo resultado expressado pelo grupo de profissionais que estão no mercado foi mantido ao responderem sobre o que consideram ter acontecido com o número de profissionais na equipe de trabalho nos últimos 10 anos, deste modo, 84% dos respondentes do grupo 1 disseram que o número de pessoas diminuiu, reforçando o posicionamento anterior de equipe insuficiente. 4% consideram que continuou o mesmo número com as mesmas pessoas e 4% consideram que continua o mesmo número com pessoas diferentes, apenas 8% dos respondentes deste grupo afirmaram que o número de profissionais da equipe cresceu.

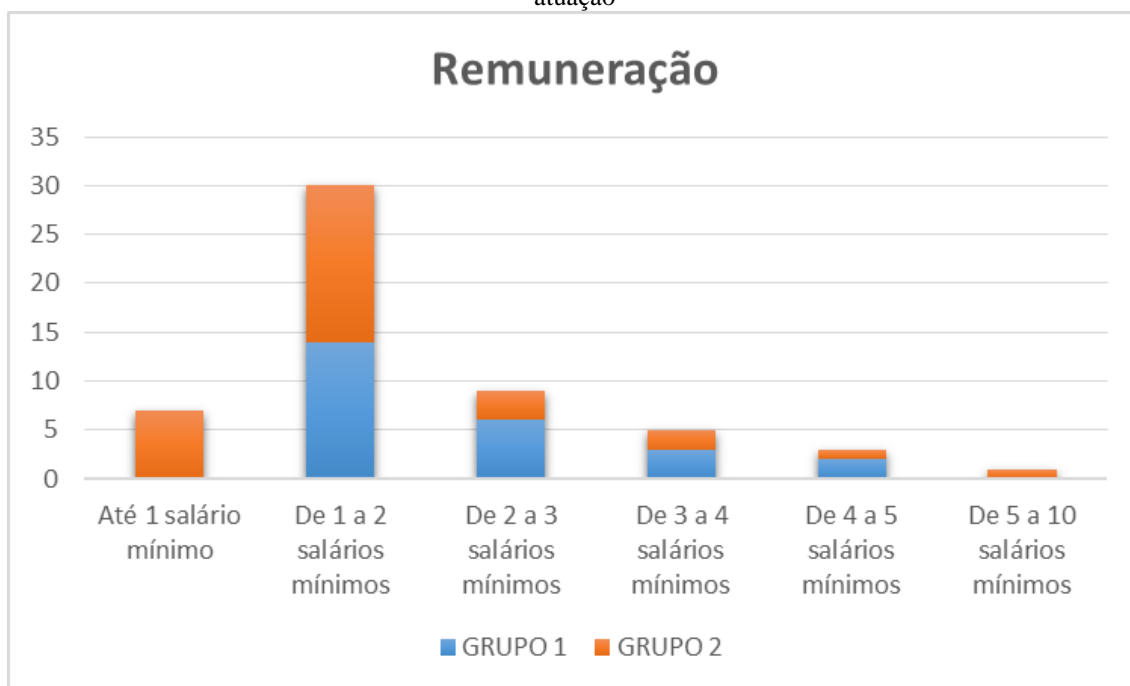
Já o grupo 2 apresentou respostas mais variadas. Entre estes profissionais 40% relataram ter sentido em seus anos de atuação que o número de profissionais na equipe diminuiu, para 30% deles a quantidade continuou a mesma e com os mesmos profissionais, 20% percebeu que o número de profissionais continuava o mesmo, porém com pessoas diferentes, e 10% afirmou ter notado crescimento na equipe de trabalho.

Ao analisar as respostas nota-se que aumento de efetivo profissional foi percebido pela minoria dos profissionais, tendo apenas 5 de 55 respondentes afirmado crescimento. Por outro lado, a percepção de que a equipe encolheu prevalece em ambos os grupos. A redução de efetivo profissional vem sendo relatada na literatura e é também verificado em Imperatriz por meio dos relatos dos participantes desta pesquisa.

Observa-se que os profissionais que permanecem no telejornalismo têm percebido mais a diminuição do número de integrantes da equipe de trabalho, de modo que a percepção deles é mais que o dobro da percepção do grupo de pessoas que já saíram da área. Isso pode revelar uma intensificação dos cortes feitos pelas emissoras nos últimos anos.

Em valores correspondentes à época de atuação, a maioria dos profissionais (55%) receberam ou recebem entre 1 e 2 salários mínimos; 16% tem ou tinha remuneração entre 2 e 3 salários mínimos. 9% recebem ou recebiam entre 3 e 4 salários mínimos; conforme demonstra o gráfico abaixo em número de indivíduos por remuneração.

Gráfico 5. Remuneração dos profissionais atuantes e não atuantes, por valor equivalente à época de atuação



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Nos últimos 10 anos houve o desaparecimento de duas faixas de renda que estão em posições completamente opostas. Não há mais nenhum profissional que ganhe entre 5 e 10 salários mínimos, tido como a maior remuneração em Imperatriz. Além disso, a renda de até um salário mínimo não é mais praticada atualmente, indicando um descolamento do salário mínimo na remuneração dos profissionais de todas as categorias, sendo a menor remuneração no telejornalismo acima de um salário mínimo.

Apesar da remuneração iniciar acima do salário mínimo, a maioria dos profissionais ainda enfrentam ou enfrentavam dificuldades para arcar com todas as despesas. Apenas 27,27% dos entrevistados responderam que o salário era suficiente para as despesas todos os meses.

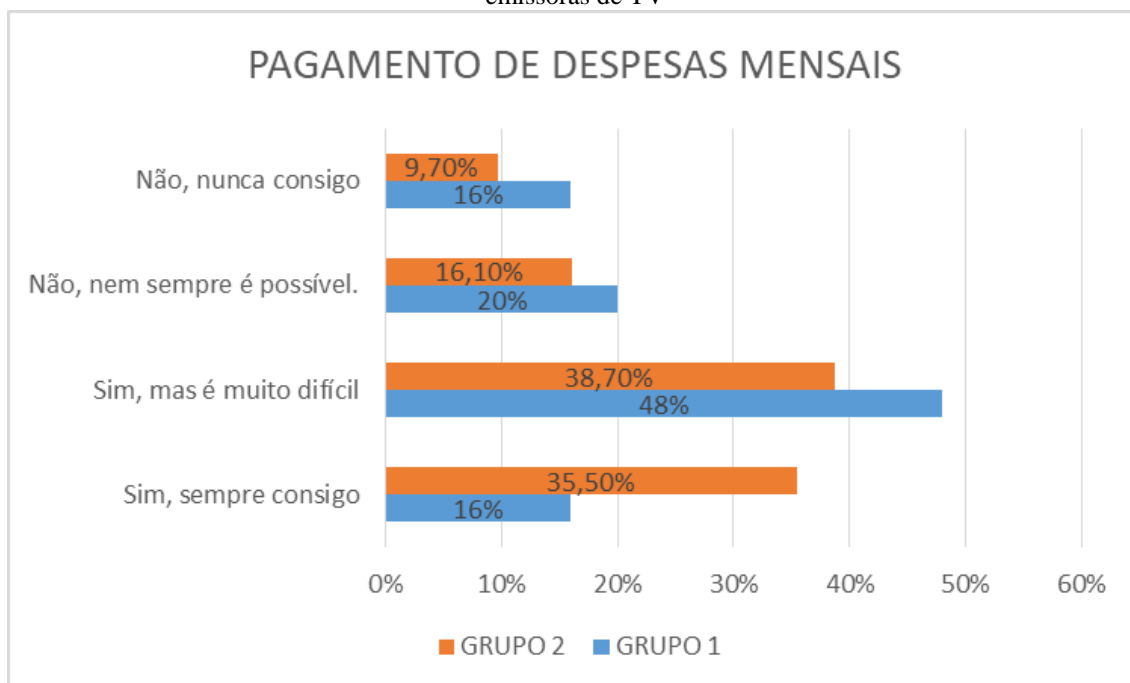
Para este fato é possível deduzir em primeiro lugar o impacto da inflação sobre o poder de compra dos trabalhadores em diferentes anos. O que está diretamente relacionado aos reajustes salariais que devem acontecer para diminuir este efeito, porém o reajuste salarial vem demorando bastante para alguns profissionais, 16% dos que estão no mercado já acumulam 5 anos sem reajuste salarial e 4% não recebem o reajuste há 6 anos.

No passado 76,9% dos profissionais recebiam reajuste salarial anualmente, 11,5% recebiam reajuste a cada 2 anos e 7,7% recebiam a cada 3 anos. Estes mesmos períodos de tempo, foram preenchidos respectivamente por apenas 28%, 12% e 8% dos

profissionais que atuam hoje no mercado de trabalho. Demonstrando assim que a frequência de reajuste salarial era maior no passado. Evidencia-se que os salários praticados atualmente podem estar defasados e os profissionais que permanecem no mercado têm sido mais impactados pela falta de reajuste salarial.

Ainda sobre a dificuldade em se sustentar com o salário pago pela emissora de televisão, é possível afirmar que atualmente os profissionais têm mais dificuldade para se manter do que os colegas de profissão tinham no passado. O gráfico abaixo mostra dentro de cada grupo a distribuição de respostas relativas às perguntas “Com o salário que recebe, você consegue pagar todas as despesas mensais?” ou “Com o salário que recebia, você conseguia pagar todas as despesas mensais?”

Gráfico 6. Capacidade dos profissionais de pagamento das despesas mensais com o salário pago pelas emissoras de TV



Fonte: elaborado pela autora (2022)

A literatura mostra que ao longo do tempo alguns jornalistas sempre tiveram mais de uma fonte de renda, não é uma característica trazida pela crise do jornalismo, tampouco pelo novo perfil de profissional, tendo estes fatores apenas a possibilidade de aumentar o volume de profissionais com tais práticas e mudar as razões pelas quais os profissionais optaram por mais trabalho.

Em Imperatriz a tendência observada é curiosa. Por mais que os profissionais que já saíram da tv tivessem maiores condições de se sustentar, eles buscavam mais por uma segunda fonte de renda, já os profissionais que estão no mercado atualmente exercem menos outras alternativas de renda.

O grupo 2 apresentou que 61,3% dos entrevistados possuíam outra fonte de renda enquanto trabalhavam em telejornalismo. Dentre o grupo 1, são 48% dos respondentes que possuem outra alternativa de renda.

Ao procurar outra fonte de renda ambos os grupos de profissionais acabam desenvolvendo mais trabalho na área de comunicação (68,96%); 24,13% atuam no setor de serviços; enquanto os setores de indústria (3,44%) ou pecuária (3,44%) são procurados pela minoria dos profissionais.

Nota-se uma leve queda na participação dos profissionais junto aos sindicatos, parte de uma tendência nacional que cresceu após a reforma trabalhista³⁰. Enquanto 41,9% do grupo de profissionais que não estão mais na área eram vinculados aos sindicatos, atualmente apenas 36% dos profissionais participam de algum sindicato.

Tanto os profissionais que estão no telejornalismo quanto os que saíram responderam em porcentagens iguais quando questionados se todas as atividades desenvolvidas diariamente estavam previstas no acordo trabalhista do profissional, revelando uma tendência que teve pouca ou nenhuma mudança nos últimos 10 anos. Quase metade (40%) dos profissionais executam ou executavam atividades que não estavam previstas, já 60% deles realizam ou realizaram apenas atividades pautadas no acordo trabalhista.

A satisfação dos profissionais com o trabalho no telejornalismo imperatrizense também vem diminuindo com o passar do tempo. Dentre os profissionais que atuaram no passado a insatisfação era de 67%, já 84% dos profissionais que permanecem na área estão insatisfeitos atualmente. Ambos os dados são completamente opostos ao que foi verificado por Moraes (2010) em estudo realizado na cidade, onde apenas 7% dos profissionais não estavam satisfeitos com o trabalho no jornalismo imperatrizense.

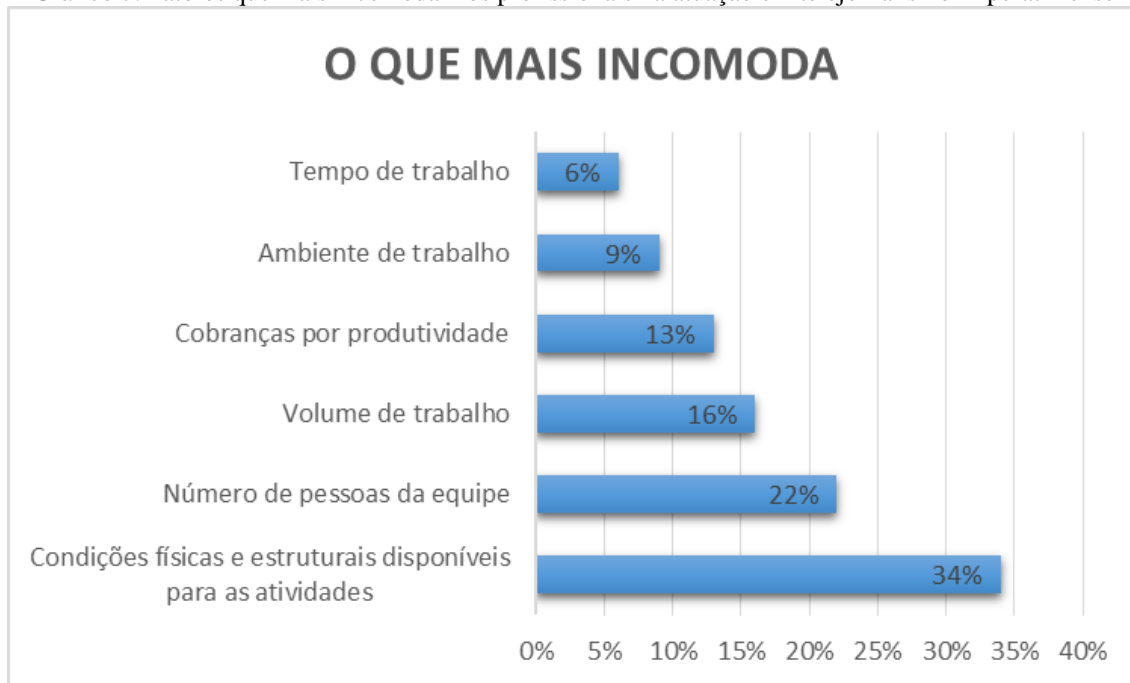
Apesar de mais insatisfeito, o grupo 1 expressa maior interesse em continuar na área (52%) do que o grupo 2 expressa interesse em voltar para o telejornalismo (40%). A parcela de profissionais que não sabem se desejam continuar ou voltar é semelhante dentro dos grupos, somando respectivamente 32% e 33,3%. A certeza de que não deseja mais atuar no telejornalismo é maior no grupo que já deixou a área (26,7%), do que para os que permanecem atuando, onde 16% pretende sair do telejornalismo.

O presente estudo solicitou ainda que os profissionais respondessem o que mais o incomodam ou incomodavam em sua atuação no telejornalismo. Ambos os grupos de

³⁰ Foi sancionada no dia 13 de julho de 2017, pelo então presidente Michel Temer.

profissionais apresentaram a mesma ordem de questões que mais geram incômodo, apresentadas abaixo em números gerais.

Gráfico 7. Fatores que mais incomodam os profissionais na atuação em telejornalismo imperatrizense

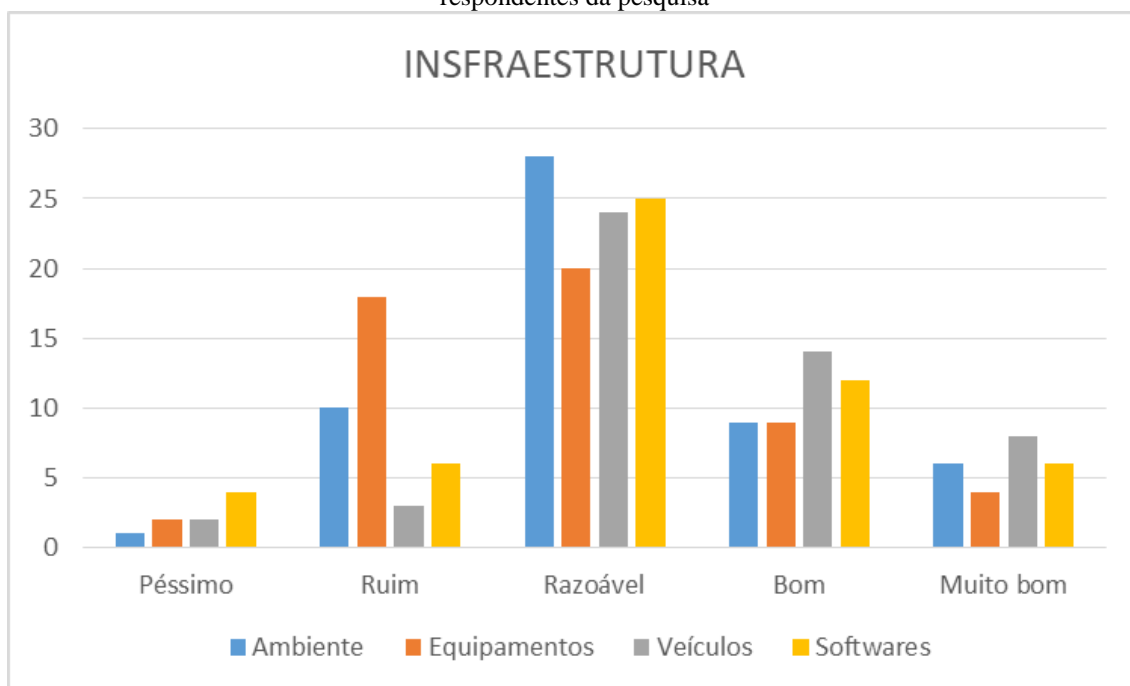


Fonte: elaborado pela autora (2022)

Esta questão traduz em escala fatores que podem explicar a insatisfação dos profissionais em relação à atuação. Organizar os fatores de maior incômodo dos profissionais é também mapear o que vem sendo praticado pelas emissoras de televisão e onde é possível intervir para melhorar as condições de trabalho dos profissionais.

Neste sentido, nota-se que as condições físicas e estruturais disponíveis para as atividades diárias é o que mais incomoda os profissionais. Para entender melhor quais aspectos especificamente estariam relacionados, é interessante observar o resultado da pergunta “Como você avalia a infraestrutura de trabalho da emissora de televisão?” feita pelo questionário desta pesquisa. Os respondentes avaliaram individualmente cada aspecto da infraestrutura disponibilizada para o trabalho, e classificaram em uma escala que varia entre péssimo e muito bom, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 8. Apreciação da infraestrutura de trabalho através de conceitos de avaliação aplicados pelos respondentes da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora (2022)

A avaliação de péssimo foi a menos assinalada pelos participantes, nesta categoria se sobressaíram os softwares (programas) utilizados para desenvolver o trabalho. A parte de infraestrutura mais avaliada como ruim foi a de equipamentos, neste nicho estão todos os equipamentos ligados diretamente ao telejornal, como as câmeras, microfones e teleprompter.

O ambiente de trabalho foi o item mais considerado razoável, onde encaixam-se as salas de trabalho, cadeiras, iluminação e climatização, de modo geral, conjunto de aspectos que formam o ambiente de trabalho interno nas emissoras de televisão. O aspecto da infraestrutura que os profissionais avaliaram mais positivamente é a frota de veículos das emissoras, os veículos foram os mais votados nas classificações bom e muito bom.

Com isso é possível dizer que ao afirmar que as condições físicas e estruturais disponíveis para o trabalho é o que mais incomoda os profissionais, entende-se que o fator que mais pesa nesse aspecto são os equipamentos e softwares disponíveis.

Estudos sobre a saúde dos jornalistas vêm surgindo com maior frequência desde os anos 2000. Considerando isso, questionou-se aos profissionais se já haviam desenvolvido algum problema de saúde em decorrência do trabalho. 54,54% assinalaram “não, nunca tive problemas”. Os problemas que mais afetaram a saúde dos profissionais são de natureza psicológica, 29,09% dos respondentes assinalaram “Sim, problemas psicológicos (estresse, depressão, ansiedade)”. Os problemas físicos atingiram 10,90%

dos respondentes, enquanto 5,45% relataram ter desenvolvido ambos os problemas físicos e mentais.

Ainda no âmbito pessoal da vida dos profissionais, este estudo questionou o impacto do trabalho sobre os planos de ter filhos. Apesar de a maioria (73,07%) afirmar que o trabalho não influencia em seus planos, esta visão é mais predominante entre os homens (83,22%) do que entre as mulheres (50%). Também são as mulheres que mais adiaram (37,5%) a maternidade por causa do trabalho, enquanto os homens pouco adiaram a paternidade (8,33%). Do mesmo modo, as mulheres já pensaram mais em adiar (12,5%) do que os homens (8,33%). Além de mensurar o impacto do trabalho na vida do profissional, esta questão reforça ainda as diferenças de gênero, apontadas por estudos e autores. É sabido que os filhos custam mais caro às carreiras das mulheres e por isso recai sobre elas maior preocupação.

CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um cenário de crise do modelo jornalístico de negócios, onde as emissoras de televisão vem perdendo espaço para novas mídias, e ao mesmo tempo os meios tradicionais estão se modificando para acompanhar as mudanças no modelo de consumo de notícias, as mudanças não se limitam a conteúdo e forma, mas possuem impacto direto e inicial nos profissionais que atuam nos meios tradicionais, como as emissoras de televisão.

Evidenciou-se que os profissionais estão insatisfeitos com as condições de trabalho no telejornalismo imperatrizense, e a insatisfação vem crescendo com o tempo, sendo mais refletida no grupo de profissionais que seguem atuando na área, o que denota uma tendência de precarização em ascensão.

Destaca-se como fatores de precarização do trabalho que podem justificar a insatisfação dos profissionais, a remuneração, a quantidade insuficiente de profissionais na equipe de trabalho e o acúmulo de funções ou trabalhos. Soma-se a isto o que segundo os profissionais mais os incomodam: as condições físicas e estruturais para o desenvolvimento das atividades, como por exemplo os equipamentos utilizados.

Apesar de os vínculos empregatícios não terem sido um fator de precarização do trabalho tão observado no mercado imperatrizense, a remuneração dos profissionais indica precarização. Nos últimos 10 anos o salário foi insuficiente para manter a maioria dos trabalhadores, o que os obriga a procurar outras fontes de renda.

Além de buscarem outras fontes de renda, em sua maioria na área de comunicação, os profissionais também vem desenvolvendo trabalhos extra não remunerados dentro das emissoras de televisão, por meio de atividades que não estão previstas no acordo trabalhista, o que também denota precarização, por meio do acúmulo de funções.

Esta pesquisa acende um alerta para a questão salarial dos profissionais do telejornalismo imperatrizense, fator de precarização intensificado pelos atrasos de reajuste salarial. Enquanto o salário mínimo no Brasil passa por reajustes anualmente, há profissionais que acumulam 6 anos sem reajuste salarial. Neste cenário, por mais que o profissional inicie ganhando um valor respectivo a 2 salários mínimos, a tendência é que com o tempo o seu salário esteja cada vez mais próximo de apenas um salário mínimo brasileiro, visto que este aumenta anualmente enquanto o salário segue congelado na emissora.

A frequência de reajuste salarial vem caindo com o tempo, o período de tempo entre um ajuste e outro foi menor entre os profissionais que não estão mais no telejornalismo, enquanto os que permanecem relatam períodos de tempo muito maiores para o reajuste salarial.

Outro fator que chama atenção para a precarização do trabalho é o número insuficiente de profissionais para as demandas diárias, visto que na prática sobrecarrega a todos. Este aspecto é mais apontado pelos profissionais que permanecem no telejornalismo atualmente.

Ainda sobre número de profissionais, ambos os grupos apontaram sentir que o tamanho da equipe de trabalho vem sendo reduzido nos últimos anos. As demissões também são um fator mais sentido por quem ainda está na área, de modo que o grupo de profissionais atuantes teve mais que o dobro de respondentes apontando diminuição da equipe, do que o grupo de profissionais que já saíram do telejornalismo.

A maioria dos profissionais considera o tempo de trabalho suficiente para as atividades a serem desenvolvidas, mas apesar disso é expressivo que cerca de 30,9% já sintam que o tempo de trabalho é insuficiente para tudo o que é solicitado pela empresa diariamente. Levanta-se um alerta para a continuação da observação deste aspecto em pesquisas futuras, pois este pode se converter em mais um fator de precarização na percepção da maioria dos profissionais.

Mesmo com todas as circunstâncias e apesar da insatisfação, a maioria dos profissionais pretende continuar no telejornalismo. Os altos índices de desemprego podem justificar um possível receio dos profissionais em saírem do emprego. Além disso, pode haver medo da não adaptação em outro trabalho, visto que uma parcela considerável dos profissionais possuem mais de 40 anos, e conforme envelhecem também tornam-se mais suscetíveis a ficar de fora do mercado de trabalho.

Destaca-se como fator positivo a escolaridade dos profissionais, sobretudo em relação a quantidade de profissionais que se formaram na área de comunicação, o que acredita-se estar diretamente ligado ao curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão - Campus Imperatriz. Há também o surgimento de mestres atuando no telejornalismo, o que vem a ser muito positivo.

Também é positivo que a maioria dos profissionais tenham seus direitos resguardados com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por meio do vínculo de carteira de trabalho assinada. Considerando que há um aumento da flexibilização nos modos de contratação, é de suma relevância o cenário em Imperatriz.

O resultado desta pesquisa traz consigo algumas novas questões a serem estudadas, uma delas está relacionada ao fato de que no passado, mesmo com melhores condições, a parcela de pessoas que possuíam uma segunda fonte de renda era maior do que a parcela de profissionais que atualmente possuem outras fontes de renda. Neste sentido, é interessante observar quais razões fazem com que os profissionais que permanecem no telejornalismo e possuem maiores dificuldades em se sustentar não tenham outra fonte de renda. Este fato se dá graças a uma maior competitividade no mercado ou é apenas uma coincidência da amostragem desta pesquisa? Como explicar?

Constatou-se com a presente pesquisa a hipótese de que as condições de trabalho no telejornalismo local vem se deteriorando, e o profissional encontra no mercado de trabalho uma insatisfação não apenas salarial mas de condições para o desenvolvimento da sua função também.

A pesquisa também atualiza as informações do perfil sociodemográfico dos profissionais do telejornalismo, que desde 2017 não eram atualizadas, sendo as últimas informações do estudo de Barros (2017). Além de atualizar, a presente pesquisa também inclui profissionais pouco ouvidos na maioria das pesquisas, como os cinegrafistas, editores, operadores de corte e áudio.

Por fim, conclui-se que esta pesquisa obteve êxito na produção de informações específicas sobre as percepções dos profissionais do telejornalismo sobre as condições de trabalho ofertadas no município. Registrando assim um trabalho inédito, que pode vir a somar as futuras pesquisas que estudem o telejornalismo nos diversos âmbitos apontados aqui.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marcelli; AGUIAR, Douglas da Silva. Jornal da Diocese: a produção da notícia na TV católica de Imperatriz. **JORNALISMO, MÍDIA E SOCIEDADE: AS EXPERIÊNCIAS NA REGIÃO TOCANTINA**, p. 191, 2016.

ARNT, Hérís. Do jornal impresso ao digital: novas funções comunicacionais. **Jornalismo no século XXI: a cidadania. Porto Alegre: Mercado Aberto**, p. 223-238, 2002.

ASSUNÇÃO, Thays Silva; PINHEIRO, Roseane Arcanjo. **Jornalismo em Imperatriz-MA: os jornais impressos em tempo de mudança (1970 - 1989)**. In: Revista Brasileira De História Da Mídia, v.1, n.2, julho - dez. 2012

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 27, 2011.

BARBOSA, Jan Alyne et al. Convergência profissional: estudo de caso das transformações no perfil do jornalista. **Brazilian journalism research**, v. 9, n. 2, p. 50-67, 2013.

BELÉM, V. Telejornalismo: influências e heranças dos anos 90. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**. 2014. p. 1-15.

BERTOLINI, Jeferson. **Jornalista multimídia e multitarefa: o perfil contemporâneo do trabalho precário no jornalismo**. Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática, v. 16, n. 31, 2017.

BRANDÃO, Mônica Barbosa. **Profissionalização da mão de obra no jornalismo televisivo em Imperatriz-MA**. 2020. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/4671>. Acesso em: 30 de outubro de 2022

CABERLON, Leonardo Bonetto. **A redação integrada de GaúchaZH: uma análise sobre a incidência do ambiente digital sobre os jornalistas**. 2022. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/240103>. Acesso em: 03 de agosto de 2022.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Cultura da Convergência. **Brazilian journalism research**, v. 4, n. 2, p. 199-202, 2008.

DA SILVA, Alan Milhomem. Televisão e cultura local: o Arte Nativa e as representações de Imperatriz. **Revista Fronteiras Plurais**, v. 1, n. 01, 2019.

DANTAS, Juliana Bulhões Alberto et al. Crise, precarização e mudanças estruturais no jornalismo: reflexões sobre tendências teóricas. Mediapolis: **revista de comunicação, jornalismo e espaço público**, v. 5, p. 39-49, 2017. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-6019_5_3.

DE ANDRADE, Antonio. Primórdios da televisão no Brasil: o olhar jornalístico. São Paulo: Pensacom, 2018. 16 p. Disponível em:

<https://portalintercom.org.br/anais/pensacom2018/textos/antonio-de-andrade.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.

DE AZEVEDO PEREIRA, Livia Cirne. **Os Avanços Tecnológicos no Telejornalismo Brasileiro: de 1950 à Era Digital**. 2008. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/pereira-livia-avancos-tecnologicos.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

DE REZENDE, Guilherme Jorge. Retrospectiva do telejornalismo brasileiro. **Comunicação & sociedade**, n. 31, p. 35-50, 1999. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/7888>. Acesso em: 26 de maio de 2022.

DE SOUZA, Cíntia Cristina; DOS SANTOS, Vanessa Matos. **A evolução do telejornalismo no Brasil: das locuções radiofônicas às grandes reportagens**. 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2011/resumos/R24-0678-1.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

DE SOUZA, ERICA CRISTINA PEREIRA LIMA; SANTOS, Carolina Maria Mota; NETO, Antonio Carvalho. Entre a Reforma Trabalhista, a Revolução Digital e a Violência Política: a Pá de Cal no Trabalho do Telejornalista. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348287684_REFORMA_TRABALHISTA_R_EVOLUCAO_DIGITAL_E_VIOLENCIA_POLITICA_ULTIMO_PREGO_NO_CAIXAO_DO_TRABALHO_DO_TELEJORNALISTA. Acesso em 1 de agosto de 2022.

FILHO, José Tarcísio OLIVEIRA. Telejornalismo Local e Regional no Brasil: Notas de Uma Reflexão Histórica 1. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Vitória - ES, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: acesso a TV, Internet e Celular. Brasil, 2009.

KNEIPP, Valquíria Aparecida Passos. **Trajetória da formação do telejornalista brasileiro-as implicações do modelo americano**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

LELO, Thales Vilela. A precarização das condições de trabalho dos jornalistas de São Paulo segmentada por faixas etárias: Uma identidade profissional em risco?. **Tempo Social**, v. 31, p. 243-261, 2019.

LIMA-SOUZA, Érica CP; MOTA-SANTOS, Carolina Maria; NETO, Antonio Carvalho. Reforma trabalhista, revolução digital e violência política: último prego no caixão do trabalho do telejornalista. **O Social em Questão**, n. 49, p. 173-195, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552265046018/552265046018.pdf>. Acesso em: 2 de setembro de 2022

LOPES, Fernanda Lima. Jornalismo e suas crises: um olhar sobre as questões da tecnologia, do emprego e do diploma no Brasil. 2011. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2970/1/CIES-WP107_Lopes.pdf. Acesso em: 5 de setembro de 2022

MATTOS, Sérgio. Um perfil da TV brasileira. **Salvador: Abap**, 1990. Disponível em: <https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/02.-Um-perfil-da-TV-brasileira.-40-anos-de-historia.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

MELLO, Jaciara Novaes. Telejornalismo no Brasil. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (Bocc)**, 2009. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/bocc-mello-telejornalismo.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2022.

MICK, Jacques; RIBEIRO, Ângelo Augusto. A legitimação da multifuncionalidade: O caso dos repórteres multimídia no Grupo RBS (1999-2004). **Anais do 13º Encontro nacional de pesquisadores em jornalismo SBJor, Campo Grande. Brasília: SBPJor, 2015.**

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intexto**, n. 24, p. 38-57, 2011.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo; DE SOUSA SANTOS, Paula de Társsia. TV Difusora Sul: as práticas jornalísticas na década de 1990. **JORNALISMO, MÍDIA E SOCIEDADE: AS EXPERIÊNCIAS NA REGIÃO TOCANTINA**, p. 179, 2016.

PITHAN, Liana Haygert; VACLAVIK, Marcia Cristiane; OLTRAMARI, Andrea Poletto. Carreiras vulneráveis: uma análise das demissões da mídia como um ponto de inflexão para jornalistas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 18, p. 158-171, 2020.

PRAZERES, Selma Miranda dos. Telejornalismo na era digital: interatividade e acesso a informação. Bauru: Unesp, 2011. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/120664/prazeres_sm_tcc_bauru.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 de maio de 2022.

PRAZERES, SM dos; PARNAIBA, C. dos S. Telejornalismo no Brasil: principais fatos que marcaram os 60 anos dessa prática jornalística. **Bauru: Unesp**, 2012.

REIS, Marco Aurelio; THOMÉ, C. de A.; MIRANDA, Pedro Augusto Silva. Novas funções e competências do Telejornalismo brasileiro. In: **41o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Joinvile (SC). Anais... Joinvile (SC): Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação(INTERCOM)**. 2018.

RICHARDSON, Roberto J. et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989. **SIMÕES, MG e SHAW, IS. Controle e Modelagem Fuzzy**, v. 2, 1999.

ROSA, VIRGÍLIO GRUPPI. O Impacto das tecnologias nas redações: como a informatização modificou a rotina profissional dos jornalistas. **Trabalho de conclusão de curso de graduação em Comunicação Social. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social**, 2005.

SILVA, Sarah Dantas do Rego et al. **TELEJORNALISMO REGIONAL NO MARANHÃO: Rotinas de produção e percepção dos profissionais de comunicação das TV Mirante e TV Difusora**. 2021. Disponível em: <https://tede2.ufma.br/jspui/handle/tede/4180>. Acesso em 10 de maio de 2022.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 103, p. 9-24, 2014. Disponível em <https://journals.openedition.org/rccs/5521>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

THURLER, Larriza. TV na Internet: reflexões sobre mediação e interatividade. **Intercom**, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/50851778168562590313185809035391808549.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Monografias sobre telejornalismo imperatrizense

Relação dos trabalhos, de conclusão de curso desenvolvidos na graduação de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz.

ANO	TÍTULO	AUTOR (A)
2010	O perfil do jornalismo de Imperatriz nas emissoras de televisão, rádio e jornal impresso	Willian Castro Morais
	Bom Dia Imperatriz: um estudo sobre telejornais matutinos	Pollyanna Vieira Carneiro
2011	Na linha do tempo: as transformações no telejornalismo da TV Mirante (1980-2010)	Gizelle De Jesus Macedo
	Telejornalismo regional: JMTV 1ª edição de Imperatriz/MA na divulgação da Lei Maria da Penha	Nícia De Oliveira Santos
	BANDEIRA 2: ESTUDO DE CASO DO JORNALISMO POLICIAL DA TV DIFUSORA DE IMPERATRIZ(MA)	Antônio Carlos Santiago Freitas
2013	A produção da notícia no jornalismo comunitário do telejornal JMTV 1ª Edição	Safira Vieira Pinho
	Do regional ao nacional: Um estudo comparativo entre o Bom dia Mirante e o Bom dia Brasil	Mônica Barbosa Brandão
	A produção jornalística da primeira TV pública de Imperatriz	Luís Carlos Lima Vasconcelos

	Jornal da Diocese: a produção da notícia na TV Católica de Imperatriz (MA)	Douglas Da Silva Aguiar
	O papel das redes sociais na rotina produtiva das empresas jornalísticas de Imperatriz	Carla Rejane Elias Dutra
	As transformações do telejornalismo da TV Difusora Sul em Imperatriz – MA (1990- 2012)	Paula De Társsia De Sousa Santos
	Leitura social do programa Bandeira 2 da TV Difusora Sul de Imperatriz (MA)	Antônio Carlos Santiago Freitas
2014	NEWSMAKING NA MIRA: Um estudo comparativo entre a produção noticiosa do Jornal do Maranhão (JMTV) 1ª e 2ª edições	Geovana Carvalho Frasso
2017	Violação de direitos humanos: análises das notícias veiculadas no programa Bandeira 2	Joaquim Nazaré Rodrigues de Mendonça
	O perfil dos jornalistas que atuam nas emissoras de TV em Imperatriz	Thayse de Sousa Barros
2018	Audiência participativa? Uma análise sobre a atuação do telespectador no jmtv 1 edição	Kellen Ayana Alves Ceretta
2022	JORNAL ‘NA HORA D’: ALTERAÇÕES NO PROCESSO DE PRODUÇÃO EM MEIO A PANDEMIA DA COVID-19	Lícia Gomes Alves Feitosa
	TELEJORNALISMO REGIONAL DO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DO JMTV1, HORA D E JORNAL ANTES DO ALMOÇO	Rayssa De Sousa Da Silva

Fonte: Autora (2022)

APÊNDICE B - Dissertações sobre telejornalismo imperatrizense

Relação das dissertações desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Mestrado Acadêmico em Comunicação, da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz.

ANO	TÍTULO	AUTOR (A)
2021	TELEJORNALISMO REGIONAL NO MARANHÃO: ROTINAS DE PRODUÇÃO E PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO DAS TV MIRANTE E TV DIFUSORA	Sarah Dantas do Rego Silva
2022	RECONFIGURAÇÕES DE PRÁTICAS NO TELEJORNALISMO DO MARANHÃO, NA PANDEMIA DE COVID-19	Tatyana Viana Barbosa
	ONDE ESTÁ O INFOTENIMENTO? ANÁLISE DOS TELEJORNAIS MARANHENSES JMTV 1ª EDIÇÃO E HORA D	Barbara Leite Medeiros
	“EU PARTICIPO PORQUE...” REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO COMUM NOS TELEJORNAIS DE IMPERATRIZ (MA)	Kellen Ayana Alves Ceretta Barbosa

Fonte: Autora (2022)

Apêndice C - Questionário de pesquisa

Telejornalismo em Imperatriz: as mudanças das condições de trabalho na perspectiva dos profissionais

Quais os avanços e retrocessos da atuação profissional na segunda maior cidade do Maranhão?

Caro/cara participante, esta pesquisa tem por objetivo identificar as mudanças e as atuais condições de trabalho oferecidas aos imperatrizenses que atuam no telejornalismo da última década. Os dados servirão para o desenvolvimento de monografia da discente Lorena Marques Guimarães, orientada pela Profa. Dra. Thaisa Cristina Bueno. O foco da pesquisa são pessoas (com ou sem formação superior) que trabalham ou já trabalharam em emissora de televisão imperatrizense, entre 2011 e 2021. Sua participação é essencial, pois esta pesquisa trará dados sobre a prática profissional e o cenário trabalhista em que os profissionais do telejornalismo estão inseridos, questões estas que jamais foram pesquisadas no município. Os dados pessoais são solicitados aqui apenas como protocolo e certificação de que pessoas reais estão respondendo ao questionário, de modo que nenhuma identidade será revelada. Os resultados serão tratados de forma coletiva e sem identificação dos colaboradores. Profissionais que atuem em mais de uma emissora devem responder considerando a TV na qual possui mais tempo de vínculo empregatício. Qualquer dúvida pode ser enviada para lorena.mg@discente.ufma.br e thaisa.bueno@ufma.br

A partir destas informações:

- Concordo em participar da pesquisa e autorizo o uso das informações fornecidas para fins acadêmicos, com possibilidade futuras de publicação dos resultados em artigos científicos, sendo que os dados serão apresentados de modo não identificado.
- Não concordo em participar da pesquisa.

INFORMAÇÕES SOCIODEMOGRÁFICAS

1. Qual seu gênero?

- Feminino
- Masculino
- Não-binário

2. Qual a sua idade?

3. Qual a sua cor/raça?

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena
- Não declarada

4. Qual o seu grau de instrução?

- Fundamental completo
- Médio completo
- Técnico profissionalizante
- Superior incompleto
- Superior completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-Doutorado

5. Indique sua área de formação superior (graduação):

- Jornalismo
- Rádio e TV
- Audiovisual
- Artes ou Design
- Cinema
- Fiz graduação em outra área
- Não fiz graduação

6. Sobre o jornalismo, atualmente:

- Estou atuando no telejornalismo

- No momento não estou no telejornalismo, mas estou na área
- Não estou na área

DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

7. Qual tipo de vínculo empregatício você possui na TV? / Qual tipo de vínculo empregatício você possuía quando trabalhou em emissora de televisão imperatrizense?

- Carteira de trabalho assinada (CLT)
- Contratação de prestação de serviços (PJ)
- Freelancer
- Contrato de estágio
- Outro:

8. Qual a sua carga horária de trabalho por dia? / Qual era a sua carga horária de trabalho por dia?

- 5h diárias
- 6h diárias
- 8h diárias
- De 8h a 10 horas diárias

Outro: _____

9. Somente com o salário das atividades na emissora de televisão, qual a sua renda mensal?

- Menos de um salário mínimo (R\$ 1.100)
- Até 1 salário mínimo (R\$ 1.100)
- De 1 a 2 salários mínimos (R\$ 1.101 a R\$ 2.201)
- De 2 a 3 salários mínimos (R\$ 2.202 a R\$ 3.302)
- De 3 a 4 salários mínimos (R\$ 3.303 a R\$ 4.403)
- De 4 a 5 salários mínimos (R\$ 4.404 a R\$ 5.504)
- De 5 a 10 salários mínimos (R\$ 5.505 a R\$11.000)
- Mais de 10 salários (Acima de R\$ 11.000)

Considerando apenas o trabalho na TV e com base nos valores da época, a sua renda mensal correspondia a:

- De 1 a 2 salários mínimos
- De 2 a 3 salários mínimos

- De 3 a 4 salários mínimos
- De 4 a 5 salários mínimos
- De 5 a 10 salários mínimos
- Mais de 10 salários

10. Seu último reajuste salarial foi há quanto tempo?

- Menos de 1 ano
- 2 anos
- 3 anos
- 4 anos
- 5 anos
- 6 anos

Outro:

Com que frequência você recebia reajuste salarial na época?

- Anualmente
- A cada 2 anos
- A cada 3 anos
- A cada 4 anos
- A cada 5 anos
- A cada 6 anos

Outro:

11. Você é filiado(a) a algum sindicato? / Você era filiado(a) a algum sindicato?

- Sim
- Não

12. O trabalho na emissora de televisão é sua única fonte de renda? / O trabalho na emissora de televisão era sua única fonte de renda?

- Sim
- Não

13. Como se encaixa a sua outra fonte de renda?

- Setor de comunicação
- Setor de serviços

- Setor de transportes
- Setor industrial
- Setor de pecuária e/ou agricultura
- Aposentadoria ou benefício previdenciário

DAS PERCEPÇÕES E PRÁTICA

14. Com o salário que recebe, você consegue pagar todas as despesas mensais? /

- Sim, sempre consigo.
- Sim, mas é muito difícil.
- Não, nem sempre é possível.
- Não, nunca consigo.

Com o salário que recebia, você conseguia pagar todas as despesas mensais?

- Sim, sempre conseguia.
- Sim, mas era muito difícil.
- Não, nem sempre era possível.
- Não, nunca conseguia.

15. As atividades que você desenvolve diariamente estão todas previstas no acordo trabalhista? / Todas as atividades que você desenvolvia diariamente estavam previstas em seu acordo trabalhista?

- Sim
- Não

16. Você considera a carga horária de trabalho suficiente para o que precisa ser feito diariamente? / Você considera que a carga horária de trabalho era suficiente para o que precisava ser feito diariamente?

- Sim
- Não

17. Você acredita que consegue desempenhar um trabalho de qualidade dentro da sua carga-horária de trabalho? / Você acredita que conseguia desempenhar um trabalho de qualidade dentro da sua carga-horária de trabalho?

- Nunca
- Raramente
- Frequentemente
- Sempre

18. Você considera o número de profissionais suficiente para o trabalho a ser desenvolvido? / Você considera que o número de profissionais era suficiente para o trabalho a ser desenvolvido?

- Sim
- Não

19. Em relação aos últimos dez anos, você considera que o número de pessoas da equipe de trabalho:

- Cresceu
- Diminuiu
- Permanece o mesmo, com as mesmas pessoas
- Permanece o mesmo, com pessoas diferentes

Em relação ao período em que trabalhou na tv, você considera que o número de pessoas da equipe de trabalho:

- Crescia
- Diminuíá
- Permanecia o mesmo, com as mesmas pessoas
- Permanecia o mesmo, com pessoas diferentes

20. Você está satisfeito com as condições de trabalho no telejornalismo? / Você era satisfeito com as condições de trabalho no telejornalismo?

- Sim
- Não

21. Pretende continuar na área? / Pretende voltar para a área?

- Sim
- Não sei
- Não

22. Quais dos itens abaixo te incomodam mais? Quais dos itens abaixo te incomodavam mais?

Marque todas que se aplicam.

- Ambiente de trabalho desagradável
- Cobranças por produtividade
- Condições físicas e estruturais disponíveis para as atividades
- Número de pessoas da equipe
- Tempo de trabalho
- Volume de trabalho

23. Como você avalia a infraestrutura de trabalho da emissora de televisão? / Como você avalia que era a infraestrutura de trabalho da emissora de televisão?

Marcar apenas um por linha.

	Péssimo	Ruim	Razoável	Bom	Muito bom
Ambiente (sala, cadeiras, computadores, iluminação, climatização do ambiente de trabalho)					
Equipamentos (câmeras, teleprompter, microfones e etc.)					
Veículos (meios de transportes usados para realizar o trabalho)					
Softwares (programas para desenvolver o trabalho)					

24. Você já teve problemas de saúde em decorrência do seu trabalho?

- Sim, problemas físicos
- Sim, problemas psicológicos (estresse, depressão, ansiedade)

- Sim, problemas físicos e psicológicos
- Não, nunca tive problemas

Sobre ter filhos:

- Já pensei em adiar por causa do trabalho
- Já adiei por causa do trabalho
- Trabalho não influencia